



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JACKELLINE FREIRE DA COSTA

**MULHERES PODEM ESCREVER: LIÇÕES EDUCATIVAS DE ANÁLIA FRANCO À
MOCIDADE FEMININA NA REVISTA ÀLBUM DAS MENINAS**

GUARABIRA
2021

JACKELLINE FREIRE DA COSTA

**MULHERES PODEM ESCREVER: LIÇÕES EDUCATIVAS DE ANÁLIA FRANCO À
MOCIDADE FEMININA NA REVISTA ÁLBUM DAS MENINAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Josilene Rodrigues da Silva

GUARABIRA
2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C838m Costa, Jackeline Freire da.
Mulheres podem escrever [manuscrito] : lições educativas de Anália Franco à mocidade feminina na revista Álbum das meninas / Jackeline Freire da Costa. - 2021.
71 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação : Profa. Ma. Josilene Rodrigues da Silva ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação. 2. Mulher. 3. Imprensa Feminina. 4. Revista Álbum das Meninas. I. Título

21. ed. CDD 370

JACKELLINE FREIRE DA COSTA

**MULHERES PODEM ESCREVER: LIÇÕES EDUCATIVAS DE ANÁLIA FRANCO À
MOCIDADE FEMININA NA REVISTA ÁLBUM DAS MENINAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Aprovada em: 06/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

Josilene Rodrigues da Silva

Profa. Ma. Josilene Rodrigues da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Francineide Batista de Sousa Pedrosa

Profa. Ma. Francineide Batista de Sousa Pedrosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Edna Maria Nóbrega Araújo

Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pelo incentivo, dedicação e esforço que sempre tiveram em toda a minha trajetória formativa.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças e ter permitido que eu chegasse até aqui, quando tudo parecia não ganhar forma e ser impossível de construir o texto.

À minha orientadora, professora Ma. Josilene Rodrigues da Silva, por ter aceitado mergulhar junto comigo nesta pesquisa, fazendo do meu desejo a realização de um dos trabalhos mais desafiadores de toda minha vida, pela sua paciência, compreensão e por entender que por trás de um aluno há sempre um ser humano em construção. Obrigada pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, ensinamentos que transcendem normas técnicas e pela dedicação. À minha admiração a essa profissional excepcional.

À professora Dra. Germana Alves de Menezes, pela oportunidade de fazer parte de suas extensões, pelo conhecimento adquirido nas monitorias e por ter aguçado ainda mais o meu desejo pela pesquisa.

A todos os professores do curso, que durante a trajetória formativa contribuíram de forma significativa.

Aos colegas do curso, pelos conhecimentos partilhados durante este percurso, em especial à Larissa Pontes pela sua amizade nobre e singela, sempre disposta acolhendo-me com uma palavra de conforto nos momentos de maiores desafios.

Aos meus pais pelo incentivo à educação, em especial a minha mãe, que sempre fez o que esteve ao seu alcance para me manter na escola e chegar até aqui, minha eterna gratidão por também compreender minha ausência quando queria conversar nos momentos de construção do texto.

“Anônimo, que escreveu tantos poemas sem assiná-los, foi muitas vezes uma mulher”.
(Virginia Woolf)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a concepção de educação feminina de Anália Franco (1853-1919) através do impresso *Álbum das meninas: revista literária e educativa* dedicada às jovens brasileiras (1898-1901), buscamos investigar a trajetória de vida de Anália, seus ideais, verificar os aspectos materiais do periódico, visibilizado enquanto projeto de uma educadora e examinar os seus textos educativos presentes no impresso. Para a construção da pesquisa de abordagem exploratória e qualitativa utilizamos os pressupostos da História Cultural, baseando-se nos estudos de Chartier (1988; 2009) a fim de desvelar as práticas e representações sociais que circundavam o papel da mulher naquelas páginas, Luca (2008) sobre métodos de análise de fonte documental, pautados na investigação minuciosa sobre o modo como um objeto, neste caso, a revista, é apresentado em suas características singulares, Sirinelli (2003) a respeito dos processos de sociabilidade, e Certeau (1982; 2017) para compreender o lugar de fala de quem escreve e de que forma a realidade é escrita. Pautamos-nos ainda nas contribuições de Carvalho (1990; 2004), Aranha (2012), Almeida (1998), Morel (2012), Martins (2012), D’Incao (2004), Rago (2004), Louro (2004) para construir os aspectos políticos, econômicos sociais e culturais, com enfoque na educação, imprensa e mulher do recorte temporal, entre outros. Constatou-se que a imprensa feminina em destaque compactuava dos ideários circulantes do período, buscando por meio do impresso educar a figura feminina através de textos educativos permeados de aspectos morais e religiosos, enaltecendo a instrução da mulher enquanto mola propulsora da educação dos filhos e governança do espaço doméstico, contribuindo assim com o progresso social.

Palavras-Chave: Educação; Mulher; Imprensa Feminina; Revista *Álbum das Meninas*.

ABSTRACT

This work aims to analyze the conception of female education of Anália Franco (1853-1919) through the printed *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras* (1898-1901), we seek to investigate the trajectory of Anália's life, her ideals, to check the material aspects of the periodical, seen as a project of an educator and to examine its educational texts present in the printed. For the construction of the research with an exploratory and qualitative approach, we used the assumptions of Cultural History, based on the studies of Chartier (1988; 2009) in order to unveil the social practices and representations that surrounded the role of women in those pages, Luca (2008) on methods of document source analysis, based on a thorough investigation into how an object, in this case, the journal, is presented in its unique characteristics, Sirinelli (2003) regarding the processes of sociability, and Certeau (1982; 2017) for to understand the place of speech of those who write and how reality is written. We also draw on contributions from Carvalho (1990; 2004), Aranha (2012), Almeida (1998), Morel (2012), Martins (2012), D'Incao (2004), Rago (2004), Louro (2004) to build political, economic, social and cultural aspects, with a focus on education, the press and women of the time frame, among others. It was found that the highlighted female press shared the ideas that circulated during the period, seeking to educate the female figure through educational texts permeated with moral and religious aspects, extolling women's education as a driving force in the education of children and governance of domestic space, thus contributing to social progress.

Keywords: Education; Woman; Female Press; *Álbum das Meninas* Magazine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Foto de Anália Franco.....	43
Figura 2	– Jornal <i>A Província de São Paulo</i> , Ano III, n. 861, 1877, p. 2.....	44
Figura 3	– Capa dos exemplares de n. 4 ao 10.....	52
Figura 4	– Capa dos exemplares de n. 14 ao 17.....	53
Figura 5	– Capa dos exemplares de n. 24 e 27 ao 30.....	54
Figura 6	– Alterações gráficas da capa de n. 28, 29 e 30.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização periódica dos exemplares do impresso e paginação.....	50
Quadro 2 – Textos educativos de Anália Franco destinados às mulheres.....	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PERCURSO METODOLÓGICO	15
3	CONTEXTO BRASILEIRO DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	21
3.1	Educação, se feminina para o espaço doméstico!	26
3.2	Mulheres silenciadas: “o verbo só veio mais tarde”	32
3.3	A imprensa: um espaço de ascensão da voz feminina	36
4	ANÁLIA FRANCO: GRANDE VULTO EDUCACIONAL E DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX-XX	42
5	A EDUCAÇÃO FEMININA NA VOZ DE ANÁLIA FRANCO: TEXTOS DA EDUCADORA NO IMPRESSO ÁLBUM DAS MENINAS	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues (Michelle Perrot).

A busca pela definição de uma temática para o trabalho de conclusão de curso é uma jornada que iniciou desde o 1º período da graduação, no anseio por uma decisão imediata entrelacei-me à área de formação docente, uma vez que no 2º semestre havia sido aprovada na monitoria de Prática I, então o grau de aproximação mostrava-me um leque de possibilidades, além do encantamento pelas quatro cadeiras da grade curricular de mesmo aprofundamento, mas algo inquietava-me, apesar da inserção na licenciatura em Pedagogia não me instigava pesquisar sobre o chão da escola, mas sim sobre identidades revolucionárias e personalidades que foram silenciadas.

Cursando a disciplina História da Educação I intrigava-me a ausência/ocultamento das mulheres nas narrativas educacionais que atravessam os períodos históricos, quase sempre uma lacuna propagada e quando ganhava visibilidade apresentava as mesmas restrições, um modelo de mulher atuante apenas no espaço privado. Mas onde estariam aquelas mulheres? Quem eram elas? Qual tipo de educação lhes era ofertada? Quais papéis sociais desempenhavam? Quais eram seus ideais? E o que publicavam na imprensa as educadoras/escritoras? No segundo semestre do curso, na continuação do componente para obtenção de uma das atividades avaliativas, a docente solicitou um artigo que versasse sobre qualquer conteúdo trabalhado durante o semestre. Foi então que me debrucei sobre a figura de mulheres educadoras que eram ao mesmo tempo escritoras de jornais, livros e periódicos.

Mas a investigação do tema não encerrou com a conclusão do artigo, participando de eventos em outras instituições sobre a História da Educação fui adquirindo contato com outros personagens intelectuais das mais variadas facetas e compreendendo o importante papel da imprensa enquanto mecanismo de divulgação de opinião para os vultos da educação que fundaram associações e periódicos que intencionais ou não acabaram contribuindo para a propagação de seus modelos educacionais.

Em 2020 ministrei um minicurso intitulado “Mulheres à frente de seu tempo: personalidades de destaque na literatura oitocentista”, durante a preparação do material deparei-me com nomes de jornais e revistas, a exemplo de “A Mensageira”, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, “A Família”, de Josephina Alvares de Azevedo, “Echo das Damas”, organizado por Amélia Carolina da Silva, nos quais destacava-se o nome de Anália Franco.

Debruçando-me então a pesquisar e descobrir nomes de educadoras que revolucionaram seu tempo com ideais inovadores, numa época em que eram privadas de seus direitos, chegando então no nome de Anália Franco (1853-1919), o que chamou atenção foi a sua revista “*Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*” (1898-1901)”, surgiu a curiosidade de investigar sobre seu legado através deste impresso e fazendo uso do conceito de lugar de fala de Michel de Certeau (1982), de onde falava a educadora? Qual a sua posição social? Como foi possível fundar uma revista? Quais eram suas pretensões? Qual a repercussão do periódico? Quem era o público leitor do impresso? Qual modelo de educação feminina defendia Anália na revista?

A escolha do tema prevaleceu, selecionando uma educadora que publicasse na imprensa, a obra da Anália é bastante vasta e inquietante. Como foi possível no século XIX alguém de tamanha ousadia? Não sabemos (e seria impossível), mas buscar compreender sua concepção de educação feminina se faz necessário, primeiro porque nos permite compreender as bases de um movimento feminino que se processava pela independência das mulheres e também haja vista o objeto de pesquisa ainda ser bastante desconhecido.

Há diversos trabalhos sobre a vida e obra de Anália Franco que abordam seu viés caritativo, religioso e os métodos de ensino voltados à infância que a consagraram como a “Pestalozzi brasileira”, embora sejam importantes, não é nosso objetivo nos deter nestas temáticas.

A pesquisa de doutorado de Kishimoto (1986) intitulada *A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)* aborda em uma de suas seções a prática educativa de Anália Franco direcionada às crianças, com enfoque na metodologia de ensino, destacando seu caráter pedagógico, valorização na formação do professor e pioneirismo no uso dos termos, creches e escolas maternas.

Encontramos trabalhos relevantes que mencionam a revista *Álbum das Meninas*, a dissertação de mestrado com o título, *Anália Franco e a associação feminina beneficente e instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 - 1920)*, de Eliane de Christo Oliveira (2007), na qual a autora construiu sua pesquisa discutindo as práticas sociais e educativas da obra de Anália Franco, relacionadas à educação da criança e das mulheres pobres, em São Paulo, no final do século XIX e início do XX, além de análises sobre a circulação das ideias, das políticas, das iniciativas e práticas educativas, bem como dos materiais didáticos e pedagógicos voltados à educação das crianças naquele período, entre algumas das fontes utilizadas estão o Manual das Escolas Maternaes, Revista *Álbum das Meninas* e Relatórios da AFBI.

Em sua dissertação, *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)*, Samantha Lodi-Corrêa (2009) constituiu um estudo histórico-biográfico sobre a educadora Anália Franco, analisando alguns manuais educativos, relatórios da Associação Feminina, atas e os periódicos: *Álbum das meninas* e *A voz maternal*. Traz uma seção específica dedicada ao *Álbum das Meninas*.

Fazendo uma busca a fim de encontrar trabalhos que versassem sobre o *Álbum das Meninas* nos deparamos apenas com a dissertação de mestrado de Floriza Garcia Chagas (2016), com o título *Álbum das Meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco (1898-1901)*, na qual buscou analisar quais temáticas e conjunto de textos compunham o *Álbum das Meninas*, entretanto, a autora não se debruçou de forma minimizada a descortinar a concepção educativa dos textos escritos apenas por Anália Franco publicados na revista, foco deste presente trabalho.

Outro trabalho mais recente é o de Rosangela Molento Ferreira (2020), "*O que dizem de nós*" o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa de 1875-1919, a autora investigou a história de vida de Anália Emilia Franco através de informações publicadas na imprensa entre o ano de 1875 até 1919, com destaque aos jornais *A Província de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *A Família*, *A Voz Maternal* (publicação da AFBI) e os *Anuários de Ensino e Estatístico do Estado de São Paulo* (de 1902 a 1915). Ferreira (2020) menciona o *Álbum das meninas* apenas enquanto revista da biografada, sem trazer nenhuma informação aprofundada sobre o mesmo.

Ainda há uma gama de obras distribuídas em diversos segmentos que retratam vida e obra de Anália Franco, dentre as quais destacamos os livros *Anália Franco a benfeitora* (1973), de Roque Jacintho; *Anália Franco: a Grande Dama da Educação Brasileira* (1992), autoria de Eduardo Carvalho Monteiro; *Anália Franco, o Anjo da Caridade* (1996), também do autor Roque Jacintho; *Anália Franco: um Candeeiro sobre o Alqueire* (2001), de Marcelo Medeiros; *O Solar da Colina- a incrível história de amor e superação de Anália Franco* (2007), dos autores Rubens Teles e Antônio Teles; *Anália Franco, quem é ela?* (2012), de Bernardo Carneiro Horta; *Anália Franco, a Educadora e seu Tempo* (2012), de Lodi-Corrêa e Oliveira; *Dona Anália, a amiga das crianças* (2013), escrito por Rita Foelker.

Diante do exposto este trabalho tem como objetivo analisar a concepção de educação feminina de Anália Franco (1853-1919) através do impresso *Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras* (1898-1901). Temos como objetivos específicos: investigar a trajetória de vida de Anália, seus ideais, verificar os aspectos materiais do periódico, visibilizado enquanto projeto de uma educadora e examinar os seus

textos educativos presentes no impresso. Para a construção da pesquisa de abordagem exploratória e qualitativa utilizamos o aporte metodológico da História Cultural, baseando-se nos estudos de Chartier (1988; 2009) a fim de desvelar as práticas e representações sociais que circundavam o papel da mulher naquelas páginas, Luca (2008) sobre métodos de análise de fonte documental, pautados na investigação minuciosa sobre o modo como um objeto, neste caso, a revista, é apresentado em suas características singulares, Sirinelli (2003) a respeito dos processos de sociabilidade, e Certeau (1982; 2017) para compreender o lugar de fala de quem escreve e de que forma a realidade é escrita. Pautamos-nos ainda nas contribuições de Carvalho (1990; 2004), Aranha (2012), Almeida (1998), Morel (2012), Martins (2012), D’Incao (2004), Rago (2004), Louro (2004) para construir os aspectos políticos, econômicos sociais e culturais, com enfoque na educação, imprensa e mulher do recorte temporal, entre outros.

O texto está dividido em cinco capítulos, sendo este primeiro dedicado aos aspectos que motivaram a escolha do tema e a apresentação de trabalhos relevantes sobre o objeto de pesquisa.

O segundo capítulo aborda o delineamento da pesquisa pautado na perspectiva da História Cultural, que permite desvelar sujeitos através das representações de uma dada época por meio de uma coletânea de acontecimentos que se mostram em diversas fontes de pesquisa, neste caso através de um impresso.

O terceiro capítulo traça um panorama do contexto brasileiro ressaltando os aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais e de gênero que atravessaram o século XIX e início do século XX.

O quarto capítulo apresenta uma biografia sobre Anália Franco destacando os principais aspectos de sua obra e o quinto capítulo tece a análise sobre aspectos gerais da revista e concentra-se em analisar de forma minuciosa os textos educativos de Anália Franco publicados no periódico confrontando-os com o contexto da época.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A construção desta pesquisa debruçou-se na análise da concepção feminina de educação de Anália Franco (1853-1919) por meio da revista, “*Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*” (1898-1901), buscando, assim, investigar a trajetória de vida de Anália, seus ideais, verificar os aspectos materiais do periódico, visibilizado enquanto projeto de uma educadora e examinar os seus textos educativos presentes no impresso. Embora, a revista tenha um viés literário não optamos por investigar os textos deste teor, buscando assim, delinear sua concepção de educação feminina que veiculava no impresso, destacando desta forma a sua contribuição enquanto formadora de opinião, amparada nos pressupostos teóricos e metodológicos dos autores, Chartier (1988; 2009), Certeau (1982; 2017), Sirinelli (2003), entre outros.

Foram analisados 25 exemplares digitalizados, embora a coleção completa seja 30, porém não tivemos acesso aos outros 5, pois não foram encontrados. Ressaltamos que a vontade do pesquisador em si é querer dar conta de uma totalidade que não existe na íntegra, e na prática isto fica claro, mas as fontes também delineiam nosso trajeto investigativo, “no Brasil não há uma prática corriqueira de preservação documental privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos documentais infelizmente não são raras” (BACELLAR, 2008, p. 42). Desta forma, a falta de preservação e o tempo também selecionam a vida útil de algumas fontes e devemos acolher as lacunas conferindo uma ressignificação.

Os exemplares encontrados foram o de número 1 ao 20, número 24, e do número 27 ao 30. Uma parte dos arquivos, dos anos 1898 a 1900, foram encontrados no site do Arquivo público do Estado de São Paulo (APESP), na seção Repositório Digital- bibliográficos e periódicos- jornais e revistas. E os exemplares do ano 1901, número 24 e 27 ao 30, disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas (FCC), seção Biblioteca- História da Educação e Infância- Temas e instituições- Associação Feminina Beneficente e Instrutiva- AFBI- Revista Álbum das meninas, entretanto, também consta na página os outros vinte.

O critério de análise pautou-se em investigar primeiramente aspectos da materialidade, em âmbito da quantidade de páginas e textos, gênero dos escritores, a presença dos textos de Anália em todos os exemplares, temas dos textos, qual temática predominava, indícios da sua distribuição e circulação e estética do periódico, conforme propõe Sirinelli (2003), que aponta uma investigação atenta para a forma como um determinado objeto se apresenta para a sociedade. Os dados foram organizados em quadros de acordo com as categorias criadas.

No segundo momento foram analisados os conteúdos dos textos educativos de Anália Franco e selecionados os trechos mais interessantes sobre a educação das mulheres, buscando confrontá-los com os aspectos da sociedade em vigência. Além de leis, registros históricos e matérias de jornais que pudessem servir para compreender as ações da educadora.

As fontes históricas têm historicidade, porque são capazes de fornecer elementos que evidenciam a organização da sociedade de uma dada época e de diversos elementos constitutivos, jamais em sua totalidade, porém nos permite tecer uma costura à luz de um olhar crítico, percebemos que muitos aspectos permanecem latentes mesmo depois de séculos passados.

Comprendemos a revista enquanto uma importante fonte documental para a compreensão social e constituição da historiografia, “[...] uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, 2003, p. 249). É sempre um espaço de disseminação de ideários, sejam estes modernos, em vigor ou os quais acreditam seus escritores, que buscam ditar a construção das práticas sociais, podendo ou não ser aceitas.

Poderíamos nos perguntar no que há de tão importante em uma revista escrita no século XIX e organizada por uma mulher? Mas não quando esta mesma se trata de Anália Franco. A cultura disseminada naquelas páginas serve de arcabouço na compreensão de práticas voltadas às posturas femininas do período, todo indivíduo está imerso em um tipo de sociedade em vigência sendo impossível analisá-lo separado do contexto da mesma, nesse sentido,

[...] que relevância podem ter, num plano geral, as idéias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social [...] porém, se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas [...] (GINZBURG, 1987, p. 31-32).

Anália Franco estava inserida numa sociedade que abordava a questão educativa de forma insatisfatória, sua obra marcada pela construção de escolas maternas, creches e asilos, quando o papel deveria ser de maior responsabilidade do governo, diz muito sobre o “apoio” que o mesmo disponibilizava à educadora. A disseminação de seu trabalho através da imprensa ganhou bastante visibilidade e também rejeição.

O surgimento da imprensa permitia a circulação de jornais, revistas e periódicos enquanto modeladores de práticas, comportamentos e hábitos de consumo postos pela

modernidade, mas utilizá-los como método de escrita da história não era aceitável, deste modo,

[...] deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento (LUCA, 2008, p. 112).

Sabemos que é impossível fazer essa dissociação, pois quem escreve tem uma intenção, e a própria escolha do objeto de pesquisa tem uma relação intrínseca com o pesquisador. Um fato nunca será esgotado em seu fornecimento de detalhes e informações, basta-se apenas mudar as perguntas e trazer novas questões. O tempo de certo modo passou a ser emergente, muitas pesquisas passaram a ser escritas no olho do furacão e sendo aprimoradas posteriormente com novos olhares, então a premissa de distanciamento temporal também caiu por terra, mesmo com estas questões este trabalho não deixa de ser feito com um olhar criterioso.

A escrita da História através de uma revista é uma prática ainda recente, realizável a partir da perspectiva da História Cultural. O alargamento metodológico das fontes questionado nas primeiras décadas do século XX pela Escola dos *Annales*, embora não acontecido de imediato, quando da sua aceitação serviu de base para repensar o fazer historiográfico, o que neste caso já vinha sendo feito por alguns historiadores, que enxergavam potencialidades nos diversos assuntos culturais, “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16). Nenhum discurso é neutro, a sua legitimação é resultado de esforços medidos. Cada ator social propõe um tipo de representação sobre determinado fato que compõem uma rede de interesses.

Conforme Luca (2008), o conteúdo editorial carrega traços do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso. Entretanto, isto não é motivo para deixar de analisar os impressos, uma vez que sempre será impossível definir com exatidão o que pretendia quem escrevia ou editava os periódicos.

Mas um fato não anula o outro, pois serve de base para traçar um panorama dos interesses, do modelo social evidenciado em tais páginas, aspectos políticos, econômicos e culturais, principalmente aqueles que buscavam atender a um modelo dominante. Justamente por ter esse olhar de que uma revista ou qualquer outro produto da imprensa são escritos sem “erros”, atendendo a uma ideologia disfarçada, na maioria das vezes não contestada, não

damos a oportunidade de analisá-lo com profundidade. O trabalho com esse tipo de fonte, exige do pesquisador uma postura de dar voz ao seu objeto, ao invés de querer conduzir a sua verdade pessoal, ocultando aquilo que o objeto tem a dizer, todo documento fala.

Um escritor, o intelectual, era alguém usado, para através de sua palavra fazer uma representação coletiva. Em específico, o papel que os intelectuais desenvolvem no campo social e cultural, pois anteriormente um intelectual era alguém político, visto apenas por esta ótica. Anália não só era uma intelectual escritora como também contribuiu com a educação feminina de seu tempo, pois, “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Um legado que perpassa gerações e vai atualizando-se, nesse caso específico, compartilhavam da imagem do modelo de mulher atuante no espaço privado. O movimento feminino era bastante diferente daquele que se processa hoje, mas de extrema importância para que as mulheres pudessem vir a conquistar seu espaço social.

Analisamos aqui o Álbum das Meninas como um produto de intelectuais. A sociabilidade da qual Sirinelli (2003) fala, é presente no discurso de Anália em seus textos, a educadora comungava dos ideais de vários letrados europeus ligados ao que havia de mais moderno no cenário educacional do período, modelo este formulado para a elite, “essas representações coletivas e simbólicas encontram, na existência de representantes individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias de sua estabilidade e de sua continuidade” (CHARTIER, 2009, p. 50). A questão proposta pelo autor faz refletir sobre o modelo ideal de mulher criada para atender os anseios de um ideário patriarcal, desconsiderando aquelas de poder aquisitivo desfavorecido e que por muito tempo permaneceram esquecidas.

Todo elemento da história, nesse caso aqui em específico o texto, a revista, é uma fabricação de um lugar social, uma história permeada pelas relações de gênero configurada através do discurso de uma mulher. O conceito de gênero de acordo com Louro (2004) é entendido como uma construção social, e articulado à classe, etnia, religião, idade, determinou (e determina) algumas posições de sujeito que as mulheres professoras ocuparam (e ocupam). Discursos carregados de sentido sobre os gêneros explicaram (e explicam) como mulheres e homens constituíram (e constituem) suas subjetividades, e é também no interior e em referência a tais discursos que elas e eles constroem suas práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações que lhes são propostas. Qual tipo de discurso foi fabricado na revista a respeito de um modelo de educação feminina,

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma do idiotismo: meu patoá representa minha relação com um lugar (CERTEAU, 1982, p. 65).

O impresso estava inserido numa sociedade marcada pelos resquícios do trabalho escravo, com uma imprensa em ascensão, que a pouco tempo havia instituído a educação como obrigatória, que via a mulher como uma figura materna que tinha como prática de leitura os romances, marcada ainda pela transição da República. Construir uma revista com textos deste gênero textual e mesclá-los com uma proposta educativa, conferia uma forma de disseminação da proposta pensada, construía-se desta forma um importante capítulo na história do movimento feminino do século XIX, “num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar” (CERTEAU, 1982, p. 75).

Escrever uma revista era o que era possível no momento e Anália usou estratégias e práticas para persuadir o seu público leitor feminino. O fato de uma revista feminina entrar em circulação no século XIX corresponde à mudança de pensamento, de permissão da escrita para algumas mulheres, “de modo que se trata de pensar cada produção cultural simultaneamente na história do gênero, da disciplina ou do campo em que se inscreve e em suas relações com as outras criações estéticas ou intelectuais e as outras práticas que lhe são contemporâneas” (CHARTIER, 2009, p. 34). Buscamos compreender as relações de gênero destacando o papel, modos, posturas e comportamentos que foram impostos às mulheres, embora saibamos que o seu conceito é múltiplo.

Cada indivíduo cria um ponto de vista que é sempre apoiado em uma rede, um cotidiano do qual estava inserida a revista, a sua autora, compreendendo que um produto é sempre fruto de seu cotidiano, aqui do século XIX. Uma cultura, uma tradição da culinária diz muito sobre uma sociedade, essas práticas, maneiras de fazer, conforme nomeia Certeau (2017), “as táticas apresentam continuidades e permanências”. No caso das fontes escritas, do impresso em específico, revela bastante sobre um movimento próprio da época que se processava no século XIX com essa imprensa feminina, embora com novas reconfigurações ainda presentes.

O cotidiano é uma invenção, portanto todas suas ideologias são construções, mas também reveladoras de saberes, “ontem, esse texto era escolar. Hoje, o texto é a própria sociedade” (CERTEAU, 2017, p. 261). Deste modo, aquilo que serviu para instruir uma sociedade em determinado momento, configura-se como suporte para a compreensão desta

mesma sociedade através de uma nova ótica, fazendo emergir vestígios de um passado carregado de singularidades.

3 CONTEXTO BRASILEIRO DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

No início do século XIX o Brasil era um país agrário, a organização social concentrava-se em áreas rurais, a casa-grande e a manutenção do sistema escravocrata era o símbolo de poder conferido à elite, conforme os anos vão passando a vida urbana vai ganhando um contingente populacional maior de pessoas com poder aquisitivo, porém, o Rio de Janeiro ainda não tinha a aparência de cidade europeia tão aclamada pela época, iniciando-se um processo de organização estrutural,

Os espaços para o abate de animais domésticos e para a lavagem de roupas, as fontes centrais, bem como os terrenos para criação de animais e locais para cortar lenha foram reduzidos ou transferidos do centro das cidades para a periferia. A arquitetura dos sobrados se desenvolveu fazendo da rua “uma serva da casa”; portas e janelas abriam-se diretamente para ela. Autoridades públicas limitaram o “mau uso” da casa e tenderam a estabelecer uma nova atitude em relação às ruas, agora consideradas “lugares públicos” e que por isso deveriam manter-se limpas (D’INCAO, 2004, p. 188).

A elite iniciou uma espécie de “ extermínio”, tanto de hábitos quanto de pessoas de condições sociais desfavorecidas, o que não resultou em êxito, pois, ambos contextos mesclavam-se constantemente, as festas e manifestações populares dessas camadas sociais foram bastante reprimidas, muitos seguiram reunindo-se as escondidas e foram perseguidos, as reuniões muitas vezes eram invadidas, a elite dominante tentou a todo custo fazer essa “limpeza” social, e o surgimento do curso de medicina também favoreceu,

Outra espécie de política pública que vale a pena mencionar é o conjunto de medidas higiênicas tomadas pelo Estado durante o Império. A Faculdade de Medicina tinha sido aberta, e muitas ideias novas sobre higiene e saúde espalhavam-se pouco a pouco entre as famílias das classes altas. A cidade estava literalmente podre. Pessoas morriam de pragas e de doenças desconhecidas. A adoção dos almotacéis (taxas) de limpeza não teve sucesso completo; entretanto, medidas higiênicas contribuíram para a nova face da vida social urbana brasileira e o discurso médico colaborou para a construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral (D’INCAO, 2004, p. 188).

É importante pensar que essas ideias não foram implantadas de imediato e que também não foi possível fazer desaparecer a cultura e as práticas das parcelas sociais menos favorecidas, embora grandes esforços fossem empregados para fazê-lo,

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX – desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravatura, crescimento relativo do mercado interno e incipiente industrialização – não foram de molde a alterar profundamente

os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial [...] (COSTA, 1999, p. 232).

Com a chegada da Corte em 1808, os lugares mais povoados eram aqueles nos quais encontravam-se os portos comerciais, situados na costa, esse aspecto agroexportador limitava a ascensão de grandes núcleos urbanos, o que começou a mudar, criou-se a migração para as cidades, porém, o latifúndio e o trabalho escravo permaneceram coexistindo, os animais dividiam espaço na cidade. Acima de tudo reinava o sistema patriarcal. Mas de forma mais acentuada ressalta-se a relação entre o homem branco e os negros, para Costa (1999) o mulato tinha mais mobilidade social do que um negro,

Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a cessação do tráfico em 1850, a abolição em 1888 e a entrada de numerosos imigrantes no sul do país. Em segundo lugar, a instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria mais de nove mil quilômetros construídos e quinze mil em construção. Finalmente, as tentativas, bem-sucedidas, de industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito (COSTA, 1999, p. 250).

Essas mudanças proporcionaram o crescimento do mercado interno, favorecendo ao desenvolvimento urbano, surgimento de novas cidades, porém, ao mesmo tempo que trouxe progresso, acarretou outros problemas estruturais e também o despovoamento de outras regiões. As cidades em ascensão ganharam espaços de lazer e diversão, parques, praças, cafés, e saneamento básico. A cidade de São Paulo, passou a ser um grande centro cafeeiro, crescia consideravelmente.

A transição do Império para a República é marcada por diversas controvérsias. A ideia de que o povo assistiu bestializado a tal acontecimento em razão da legitimação do Estado, defendida por Aristides Lobo, conforme nos mostra Carvalho (2004) é uma delas, mas por outro lado, do ponto de vista de mudanças não há grandes feitos perceptíveis, pois, muitos elementos continuaram permanecendo no novo regime.

Diante deste acontecimento, as cidades passam a ter uma maior atenção, pois era o lugar que representava o ideário da modernização, “o Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa, estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania” (CARVALHO, 2004, p. 13). O Rio de Janeiro era um modelo a ser seguido pelo restante do país, era de lá que saíam as referências de moda, leitura, hábitos de consumo e principalmente referências políticas. Todas as pessoas que faziam parte da elite desejavam fazer uso daqueles moldes.

O contingente populacional cresceu significativamente, o campo iniciou um processo migratório para a cidade e, além disto, outro problema surgia, a inserção da população de escravos no mercado de trabalho, muitos não conseguiram adentrar e ficaram à margem da sociedade, sendo obrigados a entrar no mundo da criminalidade para garantir a sua sobrevivência, segundo Carvalho (2004) também houve o aumento no número de imigrantes, outro dado importante correspondia a predominância do sexo masculino em relação às mulheres, fato que podia ser explicado pelo baixo índice de nupcialidade entre os brancos. O número de menores abandonados também era visível.

Os impactos nos primeiros anos republicanos agravaram-se, seja pela potencialização de problemas já existentes ou pelo surgimento de novas demandas, pois não houve um planejamento para as camadas populares, “os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de epidemias da história da cidade” (CARVALHO, 2004, p. 18). A população prevenia-se da forma que podia, mas não adiantava muito.

O país já emitia sua própria moeda desde o Período Imperial, visando a saída da sociedade de economia rural rumo a industrialização, no início da república a economia sofreu uma grande queda em razão da inflação ocasionada pelas altas taxas de distribuição que acarretou na desvalorização da moeda, prática que ficou conhecida como *encilhamento*, suas atividades chegaram ao fim em 1901. Evidente que o lucro com os novos negócios não era capaz de pagar os financiamentos, pois, era uma prática recente agregada de pouca experiência, em pouco tempo as portas eram fechadas. A crise instalou-se pelos primeiros anos republicanos. Do mesmo modo que as questões culturais expandiam-se do Rio de Janeiro para o resto do país, acontecia o mesmo com a crise econômica ou qualquer outro tipo de falta de estabilidade.

A ordem social que não permitia algumas presenças na rua e muito menos a disseminação de algumas práticas culturais, a exemplo da cultura afro-brasileira, ficava a cargo dos militares, muitas pessoas foram expulsas e transferidas da cidade carioca para outros locais. No campo intelectual intensificaram-se as ideias europeias inspiradas no Positivismo de Auguste Comte e difundiram-se outras a exemplo do socialismo e anarquismo, e os grupos sociais encontravam-se divididos entre essas correntes de pensamento, cabendo ainda destacar que dentro de um mesmo movimento havia divergências.

A imprensa exercia um papel decisivo para tratar das diversas questões que circulavam no bojo social, principalmente aquelas do âmbito político,

Descendo um pouco na escala social, intelectuais de classe média e artesãos qualificados, como os gráficos, viram sua possibilidade de intervir na política através de propostas de natureza socialista. Lançaram jornais de propaganda e tentaram formar organizações que pudessem traduzir em ação concreta seus princípios (CARVALHO, 2004, p. 22).

As massas populares que envolviam-se nesses processos eram oriundas de diversas camadas da população, que enxergavam no novo regime uma oportunidade de reconstruir com novas práticas toda a sociedade, havendo a vontade de unir a política com a cultura letrada, o que não foi possível em razão dos conflitos que sucederam-se, entre estes as fugas dos intelectuais para não serem presos.

Com a chegada da República, algumas questões relacionadas a aspectos da moralidade vão perdendo espaço, e as práticas consideradas imorais vão tornando-se naturalizadas em meio a uma sociedade que comparada aos modelos anteriores havia perdido o “controle” ou haveria o encontrado, práticas que tornam-se visíveis nos enredos dos romances do século XIX e início do século XX.

O diálogo com o corpo, o nu, o erótico, ainda era recebido com certo estranhamento, mas já conquistava aos poucos o seu espaço, quando passaram a estampar impressos de grande circulação, a exemplo do jornal A Cidade do Rio, de Patrocínio. Com isso, a sedução, as paixões ganham novas configurações, na família perfeita, as mulheres permaneciam silenciando as traições dos esposos e os filhos fora do casamento.

Os jogos de azar foram fortemente reprimidos, porém o ideário de ganhar dinheiro com investimentos, tentando a sorte, resquícios da política do encilhamento, plantou a semente que não foi extinta, apesar de todas as perseguições manteve-se em períodos mais turbulentos de forma clandestina, retornando posteriormente. Tentava-se controlar situações geradas pelo próprio surgimento do novo regime. Os pobres e os negros não foram assistidos, tanto se desejou pelo fim da escravidão e com esta, novos problemas foram acentuados.

Diante destas questões, o favoritismo pela monarquia se dava em razão da falsa ideia da participação popular nos eventos promovidos pela corte, nos quais a população podia assistir mesmo que de longe, ou com a permissão para chegar perto dos integrantes da Coroa.

Para fazer parte do eleitorado era necessário saber ler e escrever, mas a população em sua maioria era analfabeta,

Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pé, os membros de ordens religiosas (CARVALHO, 2004, p. 44).

Essas restrições era uma forma de exercer mais poder sobre a população, a educação seguiu sendo elitista, o governo não expandia a oferta da educação para essas camadas que estavam alheias ao direito do voto. Os direitos em si, tanto políticos quanto sociais foram negados.

O período republicano em sua fase inicial foi permeado por uma difusão de elementos em todos os setores, o imaginário de uma vida urbana adquiriu novos problemas, os escravos sem moradia e trabalho, a questão sanitária e destacando-se principalmente a disputa pelo poder entre os grupos politizados e intelectuais. A imprensa exerceu um papel importante e a educação também, diante do controle desse poder, já que a maior parte da população permanecia sendo analfabeta e não podia participar das decisões. A parcela excluída foi resistindo, sobrevivendo dia após dia, vivendo a seu modo próprio,

Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boêmia sofreram restrições. Na mesma direção, cultos populares e religiosos foram proibidos. A pobreza tornou-se um problema para a capital e não era mais tolerada no centro da cidade; campanhas da imprensa procuraram eliminar pessoas ou grupos marginais do centro da área urbana (D'INCAO, 2004, p. 189).

Analisou-se durante muito tempo o papel dos heróis, incorporados na figura de pessoas de grande prestígio social, esquecendo-se que a república, em especial, teve outros envolvidos. De acordo com Carvalho (1990) a figura feminina sempre foi escolhida para representar a república em diversas nações, amparada na simbologia das deusas gregas. É paradoxal tomando o exemplo para o Brasil, onde o lugar reservado à mulher foi sempre hostil, invisibilizado, vivendo à sombra do patriarcado, desempenhando na maioria das vezes apenas o papel materno,

A república brasileira não inspirou nenhum David, nenhum Delacroix, nenhum Daumier. Nem a escultura produziu Rudés. Existem bustos de mulher representando a República, alguns dos quais guardados no Museu da República. São obras mais criativas, menos estilizadas, em que a figura feminina aparece sempre com o barrete frígio e varia entre o cívico, às vezes belicoso, e o sensual (CARVALHO, 1990, p. 80).

Representando, assim, um modelo de mulher santa, apática que tem um papel fundamental na construção de sua pátria, que não permite os hábitos imorais no seio de sua família, edificadora. Assim, como nos mostra Carvalho (1990), os ideais positivistas eram seguidos da seguinte ordem: humanidade, pátria e família. Diante disto, a mulher representava

a humanidade e não havia ninguém melhor do que a mulher, pois, em sua essência natural já nasceu com o dom de cuidar, como bem sabido chegando a negar sua própria existência muitas vezes em prol desta dedicação, sempre a mulher branca, da elite. Era uma representação simbólica, pois, sobre o destino da pátria nenhuma decisão poderia tomar. A figura da mulher sensual, livre das amarras sociais só surgirá anos depois da proclamação, estampando jornais, revistas e outros espaços, muitas vezes denegrindo a sua imagem, levando da servidão materna à servidão masculina, sexualizada, ambas não deixam de ser semelhantes, pois seu papel continua em volta da figura masculina.

Nas sociedades europeias, a mulher tinha seu lugar social reservado, um grau maior de ascensão. Mas no Brasil não funcionava desta forma, veremos a seguir de que forma as mulheres lutaram pelos seus direitos, a educação serviu como um fio condutor nesse processo, mesmo que de forma mínima nesse primeiro momento.

3.1 Educação, se feminina para o espaço doméstico

No século XIX a educação começa a ser planejada, ainda que não fosse universal, nesse primeiro momento a preocupação é voltada para a criação de universidades, com a finalidade de atender a formação da elite, vinda com a Corte, não havia uma preocupação com a educação da população, sobre o ensino secundário, seu caráter era propedêutico, visava a passagem para o curso superior. Após a Constituinte de 1823, os deputados elaboraram um modelo de instrução, porém nunca efetivada.

A Lei de 15 de outubro de 1827, a primeira legislação educacional brasileira, visava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais numerosos do Império. No artigo 4º desta lei ficava claro que o método de ensino daria-se através do ensino mútuo, nos prédios em queoubessem uma grande demanda de alunos, entretanto, não havia tantos espaços amplos assim nesse período. Outro problema derivado do ensino mútuo é que o professor dava instrução aos melhores alunos para que estes auxiliassem os demais, chamados de monitores. Embora houvesse falhas no processo, havia rigorosa disciplina fomentada nas bases da pedagogia tradicional, organização em filas para adentrar às aulas, sino e apito para manter a ordem. Em relação à educação das meninas estava assim definida,

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida

honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º (BRASIL, 1827).

Como podemos perceber nessa primeira legislação já havia restrição voltada aos aspectos da educação feminina. O projeto do sistema nacional de educação não foi desenvolvido na lei de 1827, embora já houvesse menção na Constituição de 1824, deste modo, a educação acontecia em casa. O ensino elementar acontecia de forma precária.

Com a reforma de 1834, o ensino elementar, o secundário e o de formação de professores passaram a ser de responsabilidade das províncias, se centralizado não funcionava bem, descentralizado a situação era ainda mais precária, as coisas só funcionavam nas maiores províncias. Apenas o curso superior seria ofertado pelo poder central.

Muitos prédios eram inadequados para funcionarem enquanto escolas, os grupos escolares vão surgir após a proclamação da república, vai começar a se pensar em aspectos pedagógicos para este novo momento.

O ensino elementar era desarticulado do ensino secundário. Nesse período já havia bastante comparação ao ensino europeu. O currículo era praticamente inexistente, os conteúdos e disciplinas que seriam ministrados nas aulas eram escolhidos de forma aleatória. Com o Ato adicional de 1834, a Corte ofertava apenas o ensino superior, ficando a cargo das províncias o ensino elementar e secundário.

Há então o Decreto nº 1.331-A¹, em seu Art. 50. Definia que nas escolas de sexo feminino, além dos conteúdos para ambos os sexos, deveria haver o ensino de bordados e trabalhos de agulha mais necessários, e aspectos morais. Havia ainda outras restrições, no Art. 109., por exemplo, ficava explícito que nas casas de educação de meninas não seria permitida a presença de meninos, e muito menos a moradia de meninos maiores de 10 anos, a permissão se dava apenas ao marido da diretora. Apesar de haver esse projeto, as classes menos favorecidas não estavam incluídas.

A Reforma Leôncio de Carvalho de 1879² em seu Art. 4º propunha entre os assuntos do programa do ensino primário, a disciplina de costura simples para as meninas. No ensino secundário noções de economia doméstica. A lei permaneceu ativa por pouco tempo e como

¹ BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. **Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

² BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. **Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

podemos ver abordava em seu programa de ensino habilidades manuais e domésticas destinadas às mulheres como era próprio da época.

Um novo olhar é lançado sobre a educação. O Estado passou a empregar esforços para torna-la laica e gratuita, o processo de industrialização no final do século ainda que de forma lenta impulsionava o setor educacional a preparar a sociedade para assumir novos postos de trabalho, com esta nova demanda em ascensão, diversas escolas foram construídas., embora muitas tivessem as portas fechadas em seguida.

De acordo com Aranha (2012) no Brasil Oitocentista o país ainda vivenciava uma economia agrário/comercial. A maioria da população, formada de escravos e camponeses, não reivindicava a escolarização, e a taxa de analfabetismo era bastante alta. A classe abastada era educada com professores particulares. Por outro lado, o fenômeno da urbanização ocasionava um outro problema que precisava ser controlado, o das crianças abandonadas. Muitas eram entregues para as Casas de misericórdia. Nesse período de ascensão urbana também era preciso livrar-se de problemas sociais que pudessem atrapalhar esse projeto.

A educação do povo não era prioridade, nesse momento o governo não investia em formação técnica, só havia espaço para as profissões liberais, correspondente a minoria da população, era um processo lento em razão até mesmo da configuração social que passara de rural/agrícola para urbana/comercial, apenas no final do século devido as influências dos processos de industrialização, solidez da burguesia é que a educação vai assumir um novo papel.

À mulher cabia o papel de educar, mas é de se pensar sobre qual tipo de educação eram capazes de ofertar aos seus filhos e outras crianças membros da família, uma vez que eram excluídas dos acontecimentos sociais, de fato morriam para o mundo, não tinham um aporte cultural diversificado, os ensinamentos transmitidos correspondiam aos assuntos domésticos. Não havia igualdade na aprendizagem de homens e mulheres, essa ausência era pautada em uma explicação que afirmava a fragilidade da mulher, uma condição tida como biológica, exercer uma profissão não era permitido.

O exercício do magistério era visto como uma profissão que alterava as faculdades mentais femininas, propagava-se o ideário de que a mulher professora não podia ser uma boa dona de casa, a formação da mulher era permitida com a intenção da mesma adquirir instrução para governar a casa, a educação dos filhos e com isso sustentar a moral da família, além de estar envolvida nas obras sociais, projetos que configuravam o caráter feminino. A educação religiosa também era um dos princípios cultivados. Nesse sentido, a educação era

valorizada visando contribuir com os ensinamentos de seus futuros filhos. Qualquer prática que ameaçasse o matrimônio estaria proibida, deste modo, a educação era reduzida,

Mesmo essas moças privilegiadas tinham reduzido acesso à leitura, pouco ou nada sabiam de história ou geografia, possuíam vagas noções de literatura e cálculo, dedicavam-se mais à aprendizagem de uma língua, de preferência o francês, vivendo nos limitados horizontes domésticos, aguardando o casamento que deveria ser sua suprema aspiração e para o qual eram preparadas por toda a vida (ALMEIDA, 1998, p. 56).

A educação feminina era desprezada pelos olhos sociais, pouca instrução era o suficiente, pois, a instrução desperta para a curiosidade e esta não era bem-vinda. Era uma espécie de ameaça, a figura feminina instruída, transgressora, vista aos olhos do patriarcado. Por isso, o cultivo da obediência aos maridos.

Os filhos meninos deveriam receber a segunda educação nos colégios, uma vez que suas responsabilidades seriam maiores, exigia-se uma formação adequada, era importante que os meninos tivessem um preceptor homem, pois seriam encarregados dos negócios das famílias, que os ajudassem nos assuntos masculinos também, a como portar-se diante das mulheres, questões de virilidade.

Os filhos homens eram obrigados a estudar e causavam muito desgosto quando não seguiam a profissão desejada pelos pais, era até uma ofensa à honra familiar, tornava-se assunto entre as rodas sociais e ciclos que frequentavam. Muitos eram motivo de orgulho quando concluíam seus estudos no exterior e eram apresentados socialmente como recompensa pelo mérito. Enquanto as filhas percebem-se,

Da contradição relacionada à maneira como as mães educavam os filhos, particularmente as filhas, pode-se supor que, se para alguns assuntos, como hábitos, ações, extravagâncias, temperamentos, vaidades, as mães eram condescendentes, para outros, que envolviam condições de independência, escolhas, opiniões, vocações e afetos, tornavam-se extremamente severas, obrigando a submissão a sua vontade (VASCONCELOS, 2004, p. 258).

Nesse momento, a educação é pautada em modos de se portar, a cuidar da aparência. Não podia apresentar aspecto pálido, deveria falar devagar, não podiam usar roupas extravagantes pois isto não era visto com bons olhos, não podiam externar seus pensamentos e opiniões sobre determinados assuntos, as filhas eram um modelo fiel às suas mães, em algumas ocasiões não era tarefa fácil conduzir o processo educativo para criar uma “cópia”.

No século XIX a educação ganha uma atenção especial, embora ainda permaneça sendo elitista, marcada nesse momento pela presença dos mestres das casas, responsáveis pela educação de meninos e meninas abastadas.

O ambiente da casa não era visto com bons olhos para a realização da educação e nesse mesmo século surge a obrigatoriedade da educação formal embora com algumas restrições e descontinuidades. O novo sistema de ensino gerou especulações, o que seria ensinado nessas escolas? Os pais permaneciam vigilantes temendo que a moral fosse ameaçada e se arruinasse os anos dedicados em prol da mesma.

Entretanto, a educação doméstica não pode ser vista totalmente com desmérito, foi um momento pelo qual o Brasil Oitocentista vivenciou desvencilhando-se daquela educação pregada no período colonial, assim,

Como qualquer instituição, a educação doméstica enfrentou desafios de estabelecimento de um estatuto próprio, condições uniformes, status de seus agentes, lugar de sua colocação na representação do emprego e do trabalho. Some-se a isso ser uma instituição marcadamente feminina, ou, mais precisamente, concebida como apropriada à mulher, num tempo em que esta não possuía lugar no espaço público, mas apenas no espaço doméstico entre familiares (VASCONCELOS, 2004, p. 296).

A educação doméstica fez da mulher a sua professora, uma figura vista como ideal para exercer esta atividade, muitas enxergavam esse prestígio enquanto uma oportunidade de ganhar reconhecimento. Ainda que não fosse uma atividade remunerada, mães, avós, tias, mulheres de confiança realizavam a tarefa educacional.

A formação dessas mulheres ou dos agentes da educação doméstica, conforme nomeia Vasconcelos (2004) era a alfabetização (quando podiam estudar), também adquirida no espaço da casa, alguns eram párocos ou professores que tinham estudos em uma determinada área, piano, línguas, canto etc. Aspectos do campo cultural.

O exercício da educação exigia compromisso e responsabilidades. Os estudos seguiam o padrão europeu, de acordo com as obras que estavam em ascensão naquele continente, pregando assim o que havia de mais moderno, além do que era considerado clássico.

É importante destacar que a educação doméstica não desapareceu de imediato, permaneceu dividindo espaço com a educação formal, haja vista que as mulheres eram instruídas a educar-se para o espaço privado, porém,

Quando se tratou de discutir a atuação feminina na educação escolarizada através do magistério, esses pressupostos também fizeram-se presentes, embora estendessem a visão da missão e do sacerdócio também para os homens que se dedicavam ao ensino das primeiras letras (ALMEIDA, 1998, p. 57).

O Estado não aprovava essa configuração educacional doméstica, no sentido de perpetuar-se para meninos e meninas, colocava-se em questão a moral dos professores escolares, a própria formação deles e o ambiente promíscuo da casa. No livro *Opúsculo Humanitário*, Floresta (1989) contesta essa questão. Para a autora, na casa, muitas práticas de atrocidades eram cometidas com os escravos, então seria uma educação que prosperava a escravidão. A autora também defendia a educação igual para meninos e meninas.

Desta forma, as relações de gênero percorreram as questões educacionais e profissionais das mulheres, é possível depreender, que a partir do momento que as mulheres passaram a ter o mínimo de educação, outros desejos foram sendo cultivados no sentido de ampliar sua participação nos espaços sociais através de uma profissão, mesmo que esta ainda figurasse o aspecto maternal,

Além das escolas de instrução básica para as meninas, deveria também haver uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que não atentasse contra as representações acerca de sua domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente bem nessa categoria, pelo menos era assim que rezava o discurso oficial da época (ALMEIDA, 1998, p. 57).

Durante muito tempo os professores das escolas normais eram homens, as primeiras turmas eram exclusivas de homens, “a primeira Escola Normal em São Paulo, criada pela Lei n.34 de 16 de março de 1846, foi destinada apenas ao sexo masculino, tendo sido instalada numa sala de um edifício na Praça da Sé” (ALMEIDA, 1998, p. 58). Somente em 1874, com a Lei nº9 de 22 de março incluiu-se a formação de turmas femininas. Ainda que a presença das mulheres fosse permitida nas escolas normais, não podiam assumir cargos dentro da instituição que não fossem os de professoras. Nesse período a educação ainda engatinhava, as escolas eram fechadas precocemente e reabertas devido muitas vezes à falta de recursos.

Assim, conforme nos mostra Aranha (2012) a falta de dedicação na formação do mestre era resultado de uma sociedade não empenhada em priorizar a educação. O curso na escola normal geralmente tinha duração de dois ou três anos, com nível abaixo do secundário, e além de ter noções básicas de leitura e escrita o ingressante deveria ser maior de 18 anos e ter boa moral. Já em relação às professoras,

O problema, porém, decorria da impossibilidade de conseguir mulheres que tivessem o mínimo preparo, e, quando tinham pelo menos um pouco, podiam não ser aceitas se não soubessem as “artes da agulha”. Segundo dados de 1832, “por falta de professorado idôneo, não atraído pela remuneração parca”, em todo o Império o número de escolas para meninas não chegava a vinte (ARANHA, 2012, p. 393).

A instabilidade educacional no período imperial brasileiro foi a marca daquele tempo, o reflexo disto é refletido de modo que “na época da implantação do regime republicano, do total das mulheres, quase dois terços eram analfabetas” (ALMEIDA, 1998, p. 56). A situação começa a melhorar após a proclamação da república. Segundo Almeida (1998) no período de 1894 a 1908, forma-se 154 alunas e 394 alunos e posteriormente a esse período, o número de matrículas femininas permaneceu em crescente.

A feminização do magistério permitiu às mulheres maior autonomia, mesma que atrelada a esta ainda houvesse algumas restrições de conduta moral, a figura feminina ganhava uma nova liberdade para andar sozinha haja vista que precisava se deslocar para as aulas, além da independência financeira, ainda que no imaginário social perpetuava-se a ideia de submissão ao marido e da maternidade.

Em relação aos homens, isto significava dividir o espaço social com as mulheres, uma vez que dedicadas e habilidosas desempenhavam suas funções com grande êxito, o que para muitos era visto como perda de poder e oportunidade no mercado de trabalho, na verdade a figura masculina sabia da capacidade pertencente aquelas e temiam “perder” o poder,

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] (FOUCAULT, 1999, p. 103).

A partir do momento que aquele poder estaria “ameaçado” com o ingresso das mulheres nos espaços educativos e conseqüentemente sociais, causava certa resistência ao público masculino, propagava-se a ideia de que o magistério havia sido desvalorizado com o ingresso das mulheres na profissão e que ao mesmo tempo só foi possível de acontecer porque os homens em sua infinita bondade permitiram, quando na verdade o próprio desejo de que as mulheres educassem seus próprios filhos contribuiu para isto.

3.2 Mulheres silenciadas: “o verbo só veio mais tarde”

A família burguesa exigia uma figura feminina que atendesse aos seus ideais e que fosse capaz de representar a face daquela sociedade, embora não pudesse decidir sobre os assuntos que circulavam no período, a mulher tinha seu lugar reservado, pelo menos no plano simbólico, mas de total autoridade sobre sua casa, os assuntos domésticos e dos filhos eram de sua responsabilidade, a mulher era encarregada de manter o status familiar para a

sociedade, seus hábitos de consumo definiam o sucesso da família diante das demais. A qualidade das festas organizadas nos salões das casas era de responsabilidade das esposas, sua aparência também fazia parte deste arsenal imposto,

A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre - “a convivência social dá maior liberalidade às emoções” -, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (D’INCAO, 2004, p. 191).

A postura feminina era ditada por um manual social de hábitos, práticas e costumes. As roupas eram controladas, os tipos de leitura, o modo de falar, sair pelas ruas demandava uma série de recomendações, horários e acompanhamento de outras pessoas da família ou encarregados da casa,

Mesmo sem a clausura dos conventos, as mulheres brasileiras eram confinadas na Casa e esta, muitas vezes, assemelhava-se aos mais circunspectos mosteiros, de onde só saíam acompanhadas de mucamas, parentes ou dos próprios pais. Conservadas no círculo fechado do ambiente doméstico, com pouquíssimas aparições públicas, na maioria das vezes, não estavam preparadas para nenhuma outra função que excedesse os limites de seus domínios: a Casa e a escravaria doméstica (VASCONCELOS, 2004, p. 254).

E quando as aparições públicas eram autorizadas, havia limites. Durante os saraus que eram realizados nas casas, as mulheres tinham participação na recitação de romances e poemas e ao tocar piano, esse espaço de fermentação intelectual colocava a mulher numa postura de visibilidade, mas a mesma não podia falar com todas as pessoas que estavam ali, era uma participação controlada.

A leitura de romances pelo público feminino implantava o imagético de uma vida baseada naquilo que era lido, as mulheres desejavam viver o escrito lido na vida real, por outro lado, suas emoções deveriam ser resguardadas, qualquer manifestação pública de sentimento era reprimida, o quarto servia de palco para liberar seus anseios seja idealizando em seus pensamentos ou confidenciando os segredos as pessoas de sua confiança, as mulheres da família. Cabe ressaltar que muitas leituras eram proibidas e por esse fator da proibição, aguçavam ainda mais a curiosidade feminina.

O casamento era um assunto de grande relevância nos romances, na vida real embora, também o fosse, o sentimento de amor tão pregado pelos livros não era condição primordial para que houvesse a união, uma vez que a maioria dos matrimônios realizados eram feitos

com a intenção de perpetuar a classe social de ambos, de acordo com D'Incao (2004) as mulheres após o casamento mantem a postura de boa anfitriã, esposa modelar e boa mãe, sendo responsável pela primeira educação dos filhos, permanecendo ainda vigilantes em relação a aproximação de negras, amas, meninos de rua ou estranhos perto de seus filhos. Mas, acima de tudo, a mulher deveria empenhar-se em manter o reconhecimento social de sua família.

Esse papel destinado às mulheres no espaço privado, tem grande influência das práticas modelares difundidas pela medicina e imprensa do período, uma medicina que oprimia a mulher e permitia a libertinagem dos homens, a mulher uma figura submissa do lar, dona dos salões e de belos filhos não podia ultrapassar seus afazeres, era

Uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família - a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole (D'INCAO, 2004, p. 192).

A medicina procurava disciplinar os corpos, com práticas arcaicas, se um filho nascesse com alguma deficiência a culpa era da mulher, pois durante o período gestacional não cuidou-se devidamente, a responsabilidade que era atribuída à mulher era além do que estava a seu controle. Os homens tinham liberdade sexual, frequentavam casas de mulheres em busca de prazer, expostos a contrair alguma doença, mas mesmo que a mulher de casa sofresse os sintomas sem nunca ter saído de casa para procurar outros homens, a culpa sempre recaía sobre elas.

As mulheres não podiam namorar, a fase de namoro praticamente inexistia, muitas mulheres nunca deram um beijo em seus futuros maridos, casaram sem ao menos ter pegado em sua mão antes da cerimônia, os pais que faziam a escolha, independente da mulher aceitar ou não, o resultado dessa escolha muitas vezes resultava na fuga da noiva com outro pretendente de sua escolha e a imagem da família manchada para sempre, apesar de todas as restrições.

Alguns rapazes e moças tentavam uma aproximação no momento em que os pais ou acompanhantes da mulher não estivessem por perto, geralmente nas missas, podiam até ir juntos, mas deveriam manter uma distância um do outro e, os escravos eram encarregados dessa vigilância, mas alguns até ajudavam a aproximação. O máximo que podiam fazer, era o rapaz dar beliscões na mulher e isto gerava quase o mesmo efeito de um beijo apaixonado, há

relatos de que as moças ficavam deslumbradas pensando nesses beliscões que em algumas vezes deixavam marcas escuras na pele. Segundo D'Incao (2004) apesar da ausência de contato físico, “a paixão a distância” já era o suficiente para satisfazer o imaginário.

Nas classes menos favorecidas, as mulheres tinham mais liberdade na escolha de seus maridos, o fator econômico era o que mais pesava nessa decisão, pois o casamento às pressas significava sair da linha da pobreza ou apenas ter um lar e as refeições, por outro lado, não havia risco de perder poder caso um deles tivesse mais posses. Apesar desse fator determinante, a mulher dessas camadas não estava imune às regras sociais, sua condição financeira e de mulher, significava muitas vezes em dobro as consequências oriundas do controle dos corpos e comportamentos.

A preparação para o casamento era bastante importante. As mulheres da família encarregavam-se de cuidar da saúde da moça, não podia parecer pálida, além de também ajudarem na confecção do enxoval, as mães davam conselhos de como serem boas esposas, ensinavam os bordados, além de também vigiarem a castidade das moças, não podiam sair de casa e muito menos ir às compras sozinhas,

Independentemente de ter sido ou não praticada como um valor ético propriamente dito, a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela (D'INCAO, 2004, p. 196).

As mulheres que perdiam a virgindade antes do casamento viam seu sonho do matrimônio escorrendo pelo ralo e a família ficava devastada porque perdia a oportunidade de manutenção de seu status social, bem como pela vergonha que era ter uma filha “perdida”. A questão do poder perpassava todas as esferas, era um valor simbólico a virgindade, questão de honra que trazia privilégios no campo político e econômico das famílias. O pagamento do dote, por exemplo, abria espaço para uma grande oportunidade de quem o recebesse.

A vigilância depois do casamento permanecia, muitas mulheres só podiam sair às ruas em companhia de seus escravos ou do próprio marido, mas este nunca foi vigiado e foi detentor de prole numerosa, não são raros os casos de filhos fora do casamento e até mesmo dentro de suas próprias casas, filhos dos escravos, que em algumas vezes era abafado na sociedade, as esposas fingiam não se importar, porque não tinham opção de voltar para a casa de seus pais e não podiam perder a vida que levavam na companhia do marido. As famílias muitas vezes negavam o grau de parentesco, o que algumas vezes resultava em uniões de sangue (DEL PRIORE, 2001).

Na transição do Império para a República, muitas questões irão permanecer, a figura feminina continuou sendo oprimida, modelada pelo instinto materno, “afinal, no começo de nossas sociedades, era a mulher, a mãe; o verbo só veio mais tarde!” (DEL PRIORE, 2001, p. 85). Mesmo que a profissão no magistério fosse permitida, ainda continuava sendo vista com maus olhos por alguns setores da sociedade, grupos intelectuais masculinos, e o espaço concedido na imprensa para a publicação de seus ideais levou as mulheres a ocupar novos espaços, ainda que em muitos casos compactuassem dos mesmos princípios patriarcais.

3.3 A imprensa: um espaço de ascensão da voz feminina

A implantação da imprensa no Brasil percorreu um longo caminho, diversas foram as tentativas, mas após 1808 esse cenário segue novos rumos, de início houve a instalação da tipografia Impressão Régia no Rio de Janeiro. Nesse primeiro momento, os impressos sofrem o poder da censura, há um grande empenho em vigiar o conteúdo que seria divulgado, uma vez que o principal objetivo era enaltecer a Corte,

Ao longo do tempo foram elaboradas 24 listas com títulos e critérios para a interdição de obras. Entravam parâmetros religiosos, políticos e morais – numa atitude não muito diferente do que ocorria (com diferentes gradações) em todas as partes do mundo ocidental, embora em alguns países os impressos florescessem em maior quantidade (MOREL, 2012, p. 13).

É importante pensar que o papel da imprensa nessa época era disseminar o processo de modernização, urbanização que a sociedade vinha passando, era preciso divulgar os progressos e tudo que fosse ao contrário deste deveria ser evitado, principalmente os ideais que fossem contra a família, a moral e o papel do governo. Também é importante compreender que a imprensa estava em sua fase inicial, havia também um processo de construção em torno da produção e que representava sobretudo, o poder. Segundo Foucault (1999), o poder é interesse e não está apenas nos intelectuais, mas em todos os indivíduos. Então, diante deste aspecto, publicar na imprensa também interessava a alguns setores sociais. Ressaltamos que a imprensa tinha um papel de estruturação política, uma espécie de jogo que manuseava discursos.

O Jornal *Correio Braziliense* que tinha como redator Hipólito da Costa, produzido na Europa e disseminado no Brasil, publicado em junho de 1808, foi um dos primeiros periódicos a trazer o Brasil enquanto um império, e assim o fez até 1822. Embora houvessem outros impressos, de caráter mais informativo que circulassem anterior a esse período ou até mesmo em paralelo, o *Correio* diferenciava-se por construir um novo cenário, propagava uma

ideologia política e iniciou, assim, a trajetória da imprensa brasileira conforme mostra a historiografia, fazendo dela um lugar de opinião pública e crítica.

A *Gazeta* do Rio de Janeiro, foi o primeiro jornal a ser impresso no Brasil, em 10 de setembro de 1808, publicado pela tipografia Impressão Régia, redigido inicialmente por frei Tibúrcio da Rocha. A *Gazeta* teve três redatores e essa mudança se deve ao próprio fato de alterações nas concepções que se configuravam com o passar do tempo, de toda forma, ambos tinham em comum o desejo de que tais páginas fossem consumidas por pessoas que não fossem capazes de fazer tantas reflexões sobre o que era divulgado. É importante salientar que a Impressão Régia não foi apenas um veículo de impressos oficiais, mas contribuiu com um grande papel na produção textual circulante. Importante ressaltar que o *Correio Braziliense* e a *Gazeta* defendiam o governo monárquico.

Diversos periódicos circularam nesse período e tiveram vida curta, a exemplo da *A Idade d'Ouro do Brazil*, (1811-1823), publicado na Bahia, de acordo com Morel (2012) divulgava notícias internacionais, sobre o comércio da cidade, vida cotidiana, festejos, aspectos das ciências e artes. O *Patriota* (1813-1814), no Rio de Janeiro, mostrava a vida intelectual luso-brasileira e tinha enfoque na divulgação das ciências e das letras.

As revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal alteraram profundamente o cenário da imprensa, uma das medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa foi estabelecimento da liberdade de imprensa, em 21 de setembro de 1820,

Vendo seu poder dividido com a Junta de Governo revolucionária e não querendo perder terreno, o monarca assina, por sua vez, um decreto em 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral. Tratava-se de uma decisão tardia, já que a livre circulação de impressos tornara-se incontornável naquele momento no Brasil. A partir daí, poderia se afirmar que a liberdade de imprensa estaria instalada no Brasil (MOREL, 2012, p. 18).

A liberdade de imprensa não aconteceu de imediato mesmo após a autorização da mesma, seguindo com avanços e retrocessos. Ressaltando elementos do cotidiano e aspectos sobre os caminhos que a nação deveria percorrer. Há a criação de um público leitor que difunde espaços de sociabilidade, ligados agora por um elo em comum, assumindo características próprias em cada lugar, nessa primeira fase havia jornais em Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Ceará, Paraíba do Norte, São Paulo, Rio Grande do Sul, ocupados por diversos atores sociais,

Aparecem na imprensa manifestos coletivos e de caráter político assinados apenas por mulheres nos anos 1820 em diferentes localidades, como Paraíba e Rio de

Janeiro. Era a época dos primeiros passos, disputas e ensaios de construção de um Estado e uma nação no Brasil, com seus dilemas, contradições, mudanças e permanências (MOREL, 2012, p. 21).

Aos poucos o movimento foi ganhando novas roupagens, permitindo uma maior participação social que dividia cena com os aspectos políticos, travando disputas com aqueles grupos mais radicais, construindo novos capítulos da história,

Ao lado dos jornais, proliferaram revistas, expressando a gama de interesses que perpassavam os ensaios da pretendida sociedade de Corte. A despeito da ordem estamental reinante, Paula Brito, o editor autodidata e mulato, se colocou no incipiente mercado editorial com títulos que fizeram sucesso. Em 1832, já publicara *A mulher do Simplício* ou *A fluminense exaltada*, voltada para público feminino, e mais tarde editou *A marmota fluminense* (1849-1864) e *Guanabara* (1849-1856), esta última uma revista de alta literatura. Também na primeira década, a mulher comparece como protagonista dessa imprensa – seja como consumidora e mesmo produtora de impressos –, através de *O Espelho das Belas* (1841) e *A Violeta* (1848), ambas do Rio de Janeiro. Na Corte, a literatura é contemplada com vários títulos: *Minerva Braziliense* (1843-1845), *O Ostensor Brasiliense* (1843-1846), *Íris* (1848), *O Beija Flor* ii (1849). Em 1844, sai a *Lanterna Mágica*, uma das primeiras ilustradas; no Recife, registra-se *O Progresso* (1846); na Bahia, o *Ateneu* (1849) e *A Época Literária* (1849), todos eles periódicos de relativo alcance (MARTINS, 2021, p. 28).

Nesse momento, São Paulo figurava um novo patamar, a Faculdade de Direito proporcionou vislumbrar uma cultura letrada de aspecto jornalístico, fazendo da imprensa um grande movimento nacional com destaque para os arranjos da cena política ao mesmo tempo que contribuiu com a construção de uma literatura nacional: “a escrita começa a escrever a cidade” (CRUZ, 2013, p. 47), que levou os estudantes a criar interesse para analisar aspectos do Brasil, a formação pública estruturante e de reorganização dos moldes sociais,

À Faculdade de Direito estão ligados em São Paulo o primeiro jornal impresso local, o *Farol Paulistano* (1827), com redatores dos quadros da recém-criada Academia; o segundo jornal, de oposição ao absolutismo, *O Observador Constitucional* (1829), do médico italiano Líbero Badaró, assassinado por sua posição liberal; o primeiro jornal diário da cidade, *O Constitucional* (1853), com quatro páginas; o *Correio Paulistano* (1854), primeiro grande jornal da imprensa paulistana. Entre *O Paulista* (1823) e o *Correio Paulistano* (1854), só na capital circularam 64 periódicos, em geral de curta duração, mas servindo a dois propósitos: às correntes políticas e à produção de uma literatura nacional. Em 1875, formando seus quadros com ex-alunos, nasce o jornal *A Província de São Paulo*, atual *O Estado de S. Paulo*. Em todos eles, registre-se, a presença dos “aprendizes do poder” egressos da Academia de Direito, que se envolveram com literatura e transferiram para os escritos políticos a estetização da palavra. Periodismo, publicismo, jornalismo, história, conferência, verso e prosa foram gêneros intensamente vivenciados na trajetória do polígrafo-bacharel (MARTINS, 2012, p. 30).

A imprensa brasileira do período imperial buscava atender aos anseios do governo, nesse sentido, manter o controle do que poderia circular nos veículos de comunicação da época era essencial, a centralização do poder não podia sofrer interferência com a opinião da população. Por outro lado, era ideal mostrar ao povo os seus feitos e garantir favoritismo, a imprensa funcionava, assim, enquanto um aparelho político.

A imprensa áulica, conforme nos mostra Sodré (1999) sobreviveu até a primeira metade do século XIX, havendo raros casos posteriores. A sociedade da segunda metade vai ganhando uma nova roupagem, o fim do tráfico negreiro e o primeiro surto do capitalismo com a figura de Mauá, marcam um novo tempo, ainda que em muitos casos continuasse disseminando-se os padrões vigentes da época. Em meio a esse cenário é concedido o espaço à mulher,

A baiana Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco lança, então, o *Jornal das Senhoras*, em 1852, e que durou três anos, após o que lançou *O Domingo*, que circulou até 1875, quando faleceu Violante, com sonetos, cartas de amor e modas. A imprensa como todo o conjunto da cultura, refere as transformações da época (SODRÉ, 1999, p. 186).

Desta forma, nos jornais e periódicos veiculava a cultura literária, marcada pelo amor romântico, característica do período. Adentrando no cenário paulista a situação era uma pouco mais tímida se comparada ao Rio de Janeiro, havia poucas tipografias, de acordo com Sodré (1999) a partir de 1849 era uma fase marcada pelas revistas.

As revistas surgiram já nos primeiros anos de imprensa, caiu no gosto do público pela facilidade de leitura que possuía,

Sua introdução no Brasil também se deu no quadro das demandas dos impressos, o gênero se consagrava na Europa como espaço suplementar para a publicação de textos literários. São conhecidas as revistas inaugurais *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (1812), da Bahia, vinculada à Maçonaria; *O Patriota*, jornal literário, político e mercantil (1813), do Rio de Janeiro; a *Revista da Sociedade Filomática* (1833), em São Paulo, de caráter erudito e propósito nacionalista, iniciativa do grupo letrado da Academia de Direito. Marcante, contudo, foi o lançamento de *Niterói*, *Revista Braziliense, Ciências, Letras e Artes* (1836), editada em Paris (MARTINS, 2012, p. 31).

Nesse momento, as revistas e impressos cumprem um papel literário, cultural, de alimento da alma sonhadora. Dividiam opinião no seio social e causavam aversão para alguns setores que não compactuavam das mesmas ideias. Por outro lado, fortaleciam o movimento de escritores, contribuía com textos para completar cada número novo que fosse lançado, assim, mulheres fortaleceram-se,

Data da primeira metade do século XIX, ainda de forma tímida, a participação da mulher na produção de impressos no Brasil, fosse como consumidora ou produtora, em geral às voltas com a moda e ensaios de literatura. O Espelho Diamantino (1827), o Correio das Modas (1839), no Rio de Janeiro, e O Espelho das Brasileiras (1831), no Recife, são referências iniciais de uma segmentação periódica voltada para um público tradicionalmente desconsiderado [...] em 1852, o surgimento de O Jornal das Senhoras, no Rio de Janeiro, editado por Joana Paula Manso de Noronha, argentina de nascimento, figura como um dos primeiros jornais de propósitos femininos e abrigo da mulher escritora, contando inclusive com mulheres na redação. A publicação convidava todas as senhoras “dotadas de inteligência” a apresentar suas produções literárias sob o anonimato (MARTINS, 2012, p. 36).

As mulheres podiam publicar ou até mesmo fundar seus próprios periódicos, mas para garantir sua permanência nas páginas, deviam escrever sobre o mesmo ideário patriarcal, do caso contrário tinham sua reputação arruinada, muitas usaram do anonimato, mas ainda assim tiveram as suas identidades reveladas.

Uma revista deveria ter prestígio, ser coerente para ganhar aceitação diante de um público, mesmo que não tratasse de assuntos políticos ou econômicos, propagar ideais sempre teve um peso muito grande, de certa forma ela é capaz de formar uma parcela social assídua que se debruça sobre a mesma, o seu diferencial está nas novidades que são disseminadas, ainda que divida o público. Muitas questões estão por traz de sua construção, sendo impossível compreender toda a dinâmica, mas acabam gerando novas interpretações. De qualquer forma os periódicos tiveram papel importante em sua época de circulação.

Nos primeiros anos republicanos, algumas restrições fizeram-se presentes, a censura foi uma delas, através do decreto de 23 de dezembro de 1889, que proibia qualquer atentado contra o governo, sob pena de ordem militar. Em 19 de julho de 1922, aprovou-se a Lei da Imprensa, a censura tornou-se um órgão oficial e regulamentado. Alguns jornalistas se organizaram para criar associações em prol de sua classe. A imprensa ganhava uma nova roupagem, dividia opiniões, muitos desejavam pelo retorno da Monarquia.

A mudança no estilo da imprensa sofre algumas alterações, torna-se mais diversificada, muitos periódicos do período anterior continuam sobrevivendo, outros passam a existir, porém com vida curta, muitos elementos permanecem. A imprensa vai voltar-se para o progresso e práticas culturais marcadas pelo estilo da Belle Époque. O anúncio passou a fazer o diferencial nas publicações, contribuindo, assim, com a evolução do progresso.

O aspecto artesanal que dava vida aos impressos começa a ganhar inovações tecnológicas. Para Eleutério (2012) é notório o emprego da ilustração diversificada, a exemplo da charge, caricatura, fotografia, o aumento no número das tiragens, impressão de melhor qualidade, menor custo do impresso,

Kosmos (1904-1909) é tida como paradigma do mais bem acabado empreendimento entre as revistas consideradas modernas [...] Outras tantas revistas, menos dispendiosas, mas igualmente inovadoras no plano gráfico, abrigavam concepções literárias diversas e ocupavam espaço anteriormente reservado aos jornais literários. A mais popular delas foi a Careta. Em suas páginas estampavam-se os poemas de Alberto de Oliveira e Olavo Bilac, tendo o parnasianismo como sua marca (ELEUTÉRIO, 2012, p. 43).

Podemos compreender que a imprensa, os jornais, em especial as revistas, algumas de vida efêmera, divertiam a sociedade com informações e principalmente com elementos gráficos. O seu papel também passa pelo campo de levar os bens de consumo a todas as parcelas sociais, mesmo que fosse através apenas dos elementos visuais, haja vista a população com alto índice de analfabetismo, dupla ou inúmera foi a função dos impressos, principalmente para educadoras difundirem suas concepções.

4 ANÁLIA FRANCO: GRANDE VULTO EDUCACIONAL E DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX-XX

Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas (AUDRE LORDE).

O século XIX foi palco de diversas transformações. Lançamos um destaque principalmente pelo movimento da imprensa em ascensão, especialmente à participação das mulheres neste processo, em meio a um cenário predominantemente patriarcal, publicar em periódicos foi um ato de inovação. A busca das mulheres pela emancipação não é recente, embora os ideais fossem diferentes destes atuais, além de também haver dentro de um mesmo movimento objetivos distintos, entretanto, se faz de extrema importância compreender os seus arranjos. Tanto tempo depois, figuras femininas com importante legado para a nossa sociedade ainda permanecem no esquecimento, parafraseando o título do livro de Bernardo Carneiro Horta, “Anália Franco, quem é ela?”, buscamos neste capítulo descortinar sua trajetória enquanto educadora e escritora dedicada à educação das mulheres com foco no impresso *Álbum das Meninas* revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras.

A educadora Anália Emília Franco nasceu no dia 1 de fevereiro de 1853, em Resende, Rio de Janeiro, primeira filha do casal Antônio Mariano Franco Júnior e Thereza Emilia de Jesus, que depois passou a ser Teresa Emilia Franco. Antônio Franco era natural de Mogi das Cruzes, São Paulo e Teresa Franco, da Vila de Nossa Senhora do Ó, Pernambuco, casaram-se em 20 de abril de 1852. O seus pais tiveram ainda mais dois filhos, Antônio Mariano Franco³ e Ambrosina Franco de Salles⁴.

O ano de nascimento de Anália é mencionado na maioria das obras, sendo o ano de 1856, entre eles estão os estudos de Kishimoto (1988), o *Dicionário de Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, de Schumacher e Brazil (2000), *Escritoras Brasileiras do Século XIX* de Muzart (2000). Entretanto, Monteiro (1992), seu mais famoso biógrafo afirma seu nascimento em 1853, segundo consta no livro de assentamentos da Igreja matriz do local, e não 1856 como mencionava a maioria de seus pesquisadores. Fato também confirmado por Lodi-Corrêa (2009) conforme consta no batistério de Anália e do casamento de seus pais, os quais teve acesso, documento que data seu batismo em 29 de março de 1853.

³ Antônio Mariano Franco, casado com Júlia Manoel Franco, que deixaram uma prole de três filhos: Alencar, Ari, Chicoca (em seu segundo casamento teve quatro filhos, uma de nome Alcina) (MONTEIRO, 1992, p. 22).

⁴ Nascida em 07/08/1859, faleceu em 22/08/1946, foi casada com o Coronel Júlio Salles e teve oito filhos: Anália Salles Bellegarde, Alzira Franco Salles, Alice Franco Salles, Adalgiza Franco Salles, Júlio Franco Salles, Anésia Franco Salles Marques Leite, Ambrosina Franco Salles e Orlando Franco Salles. (MONTEIRO, 1992, p. 22-23).

Figura 1– Foto de Anália Franco



Fonte: Monteiro (1992)

Não consta nenhuma informação sobre a relação familiar, mas sabe-se que Teresa Franco teria vivido com Anália até seu último dia de vida, nos primeiros anos do século XX, e também que “seu Antônio, além de ser formado em contabilidade, era comerciante. Naquela época, a profissão de contador era denominada guarda-livros” (HORTA, 2012, p. 16), informação que consta apenas neste autor.

A família de Anália, no ano de 1861, transferiu-se para São Paulo, e foi com sua mãe, que era professora que ela aprendeu as primeiras letras, foi matriculada na escola dirigida por ela, vindo a ser professora pública aos 15 anos de idade, em 1868. O papel desempenhado por Teresa Franco no magistério influenciou diretamente Anália Franco, pois apesar da profissão ser permitida para as mulheres, só era permitida se o marido autorizasse, o que mostra a ousadia de sua mãe.

Em 1876, Anália Franco e sua mãe mudam-se para Guaratinguetá e a jovem continua auxiliando sua genitora, e desde então começava os primeiros passos de sua carreira educacional, adentrando em outras cidades do interior paulistano, em seguida transferiram-se para Taubaté.

Conforme mencionado no capítulo anterior, muitas escolas tiveram suas portas fechadas por diversos fatores, não foi diferente com a Escola Normal. No ano de 1877, Anália Franco retorna à São Paulo em razão da reabertura da mesma para fazer o curso normal. No *Jornal A Província de São Paulo* de 29 de dezembro de 1877, na Seção Livre consta o

desempenho obtido pela normalista naquele primeiro ano de estudos, conforme podemos ver na figura 2.

Figura 2— Jornal *A Província de São Paulo*, Ano III, n. 861, 1877, p. 2

SECÇÃO LIVRE

A exma. sra. d. Amalia Emilia
Franco

O exame tão brilhantemente prestado por esta intelligente senhora, professora publica da cadeira de sexo feminino da cidade de Jacarehy, como alumna do primeiro anno da Escóla Normal, descobre aos olhos da provincia de S. Paulo, já sobre modo notavel, pelo talento e pela iniciativa e patriotismo de seus filhos, uma verdadeira novidade, rasgando novos horisontes á litteratura do paiz.

Não foi somente o descobrimento de uma intelligencia digna de apreço o que nos revelou esse exame; foi egualmente a mais proveitosa applicação della, manifestada nessa memoravel exhibição.

Com estas linhas inspiradas mais pelo enthusiasmo do que por conhecimentos que nos outorguem visos auctoritarios, temos dous fins: render preito á intelligencia da joven paulista; e impôr-lhe, em nome do nosso paiz, e do nosso futuro, o estudo acurado, e a mais conscienciosa applicação.

Justus.

Fonte: Arquivo extraído do Acervo Estadão

A primeira observação corresponde ao nome da educadora, “Amalia”, fato presente também em outras publicações. A notícia expressa o desempenho satisfatório da normalista em seu primeiro ano e revela que a mesma já era professora pública de Jacareí, concluindo a nota com estimado apreço pelo progresso daquele ano.

A instabilidade no cenário educacional acentua-se mais uma vez no ano de 1878, a Escola Normal foi fechada novamente, devido à falta de recursos materiais e de professores, apenas em 1880 com a reabertura da instituição, aqueles alunos matriculados no segundo ano puderam concluir o curso, porém, segundo Lodi-Corrêa (2012), embora Anália Franco tenha sido apresentada na condição de aluna-mestra e concluinte do curso não foram encontrados documentos que comprovassem sua diplomação conforme é afirmado em algumas obras, a exemplo do próprio Monteiro (1992), o seu biógrafo. Mas, com a Lei nº888 de 06 de outubro de 1903, os alunos que não concluíram o curso em razão do fechamento foram equiparados ao grau de normalistas, vindo Anália Franco a ser contemplada.

O trabalho educacional desenvolvido por Anália Franco ganhava destaque em razão de seu aspecto humanístico, despertando a vocação, “o traço mais marcante de sua obra educacional foi a herança recebida do Humanismo, movimento filosófico e artístico surgido na Renascença, que representava a corrente de pensamento do Homem cujo interesse estava voltado para o próprio homem” (MONTEIRO, 1992, p. 40). Seus ideais buscavam inspiração nos estudos de Froebel, Pestalozzi, entre outros, razão pela qual foi intitulada pelo seu biógrafo de “Pestalozzi brasileira”. O método intuitivo constituía-se enquanto pilar do ensino desenvolvido e orientado pela educadora.

Em relação a publicação de sua primeira obra educacional não há uma data exata. De acordo com Monteiro (1992), seu primeiro abrigo de órfãos foi fundado em Taubaté, onde também teria iniciado no jornalismo, tornando-se colaboradora nos jornais e revistas, *A Família*, *O Eco das Damas*, *A Mensageira*, em companhia de grandes expoentes do período, Presciliana Duarte de Almeida, Josefina Álvares de Azevedo, entre outras. Um fato que foi divulgado através do n. 3 de 15 de novembro de 1897 da revista *A Mensageira* é sobre uma possível cegueira que acometeu Anália Franco durante um ano, afastando-a das publicações até 1898.

Em 30 de abril de 1898 é publicado o primeiro exemplar de sua revista, *Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*, periódico que tinha como objetivo divulgar os seus ideais pedagógicos e educacionais e serviu de aporte para a fundação de sua Associação, pautada nos princípios da caridade. O impresso também denunciava o cenário social da época tecendo diversas críticas.

Em novembro de 1901 é fundada a *Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo - AFBISP*⁵, uma empreitada que contou com a ajuda de diversas pessoas, “um

⁵ Após ter iniciado suas atividades como já nos referimos, em prédio público no Largo do Arouche nº 58 e 60, a Associação expandiu-se vindo a funcionar também na Ladeira dos Piques nº. 13 e 21 (1903), na rua São Paulo,

grupo ilustre de senhoras de todos os níveis sociais reuniu-se para lançar os primeiros fundadores da Associação Beneficente e Instrutiva de São Paulo” (MONTEIRO, 1992, p. 73). Eram senhoras de prestígio o que fez a obra ganhar notoriedade e adquirir novos sócios e colaboradores em poucos meses, até mesmo de outras nações, além do apoio do governo com o fornecimento de prédios e outros materiais.

A AFBISP tinha como objetivo⁶ atender órfãos, crianças pobres e mulheres desamparadas, através de suas Escolas Maternais, Asilo-Creche, Escolas Noturnas, Liceus Femininos, entre outras instituições, localizadas em diversas cidades e estados⁷, nos quais Anália Franco tinha pessoas de confiança para conduzir a obra conforme seus princípios. Os trabalhos realizados na AFBISP eram diversos, horticultura, agricultura, havia também os ensinamentos sobre tipografia, além dos trabalhos femininos com agulhas, bordados e costuras.

Cabe destacar que os Liceus tinham como objetivo a formação das professoras que atuariam nas demais instituições vinculadas à Associação. Os prédios também tinham merecida atenção, a questão de espaço, mobiliário, o que permite compreender a sua percepção pedagógica. O processo industrial de São Paulo estava a todo vapor e o papel desempenhado pela obra contribuiu efetivamente com aqueles que estavam à margem da sociedade sem oportunidade, e com às mães que ao sair para as fábricas tinham onde deixar seus filhos. A obra ganhou uma dimensão ramificada, até mesmo escolas que não faziam parte da AFBISP, utilizavam de sua concepção educativa e eram assistidas.

Na Associação foi criada a Tipografia d’A Voz Maternal, que seria responsável pelos exemplares de *A Voz Maternal, Manual para as Escolas Maternais da AFBISP*, entre outros que orientavam a sua ação socioeducacional, além de também realizar tiragens para fora, gerando lucros para o mantimento dos trabalhos.

Também é importante destacar as atividades artísticas e o pioneirismo de Anália Franco ao criar uma Banda Feminina, e durante oito anos consecutivos ter viajado com a

47 (1906), na rua dos Estudantes, 19 (1908), atual XV de Novembro, numa chácara em Pinheiros (apenas em 1910) e, a partir de 1911, na Fazenda Paraíso, no Tatuapé, onde permanece até os dias de hoje. A Associação manteve, ainda, um Bazar na rua do Rosário n.º18 (MONTEIRO, 1992, p.79).

Em 1997 a AFBISP transferiu-se para Itapetininga, funcionando hoje como espaço educativo e atividades caritativas (CHAGAS, 2016).

⁶ Em 1903, exatos dois anos após sua fundação, o jornal *A Voz Maternal* nº1 (1º./12/1903), substituto da *Revista da Associação Feminina*, até então porta-voz da Instituição, anunciava serem mais de 1000, àquela época, os estudantes e beneficiados dos dois sexos das Escolas Maternais, Asilos, Creches, Liceus e Escolas Noturnas mantidos pela AFBIESP (MONTEIRO, 1992, p. 76).

⁷ Segundo Monteiro (1992) situada em Uberaba-MG, Itaocara-RJ, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, entre outras cidades do interior paulistano onde foram fundadas sucursais, nome que Anália Franco gostava de utilizar. Há outras instituições recentes dirigidas por admiradores e ex-alunos em Franca-SP, Londrina-PR, Limeira, Jundiá, Santos, São Paulo- SP.

mesma, além de um Grupo Dramático Musical e Teatro Infantil, entre outras produções de mesmo gênero. Destaca-se ainda o quantitativo de 110 instituições criadas. Como foi possível uma mulher no século XX gerir uma obra desse porte e com poucos recursos financeiros?

A data em que “A Pestalozzi brasileira” teria tornado-se adepta ao espiritismo é imprecisa, mas há hipóteses de que teria sido durante o período em que ficou enferma da cegueira, por volta de 1898. A presença do espiritismo na vida de Anália Franco não interferia na obra da educadora, “Anália, mesmo quando católica, pregava muito a presença de Deus e a moral Cristã sem se atrelar a rótulos religiosos e propugnava pela liberdade de religião e de pensamentos” (MONTEIRO, 1990, p. 54). Apesar de seus colaboradores terem que ter boa moral não era cobrado que pegassem a sua religião, conferindo, assim, o caráter laico da Associação e educação prestada. Devemos compreender que essa distinção também tem relação com o poder da Igreja durante aquele século, para o prosseguimento da obra era indispensável a dissociação entre educação e espiritismo.

Veremos no capítulo a seguir que Anália Franco sabia jogar com as palavras, embora pregasse a moral e defendesse a família, só veio casar depois de anos estando em companhia de Francisco Antônio Bastos, o que explica ser uma mulher para além de seu tempo. Anália Franco conheceu seu esposo⁸ quando procurava por um contador para auxiliar nas questões burocráticas da Associação. Ambos compactuavam dos mesmos princípios humanitários e oficializaram a união em 1906, de acordo com Monteiro (1992), para não ver sua obra prejudicada, pois a sociedade comentava sobre sua vida pessoal.

No dia 20 de janeiro de 1919 falece Anália Franco, em decorrência do surto de gripe espanhola que assolava o país, “no final de 1918, conforme a ata da Associação de 6 janeiro de 1919, Anália Franco alega que a gripe espanhola deixou 142 órfãos de cama, somente 8 não adoeceram e puderam auxiliar no trato das enfermidades” (LODI-CORRÊA, 2012, p. 51). Anália junto com o grupo promovia excursões para divulgar sua obra e angariar recursos, a missão não pode ser interrompida em razão daquele surto viral.

O trabalho já demonstrava sinais de dificuldades na manutenção conforme mostrava atas e documentos ainda em vida. Após sua morte muitas instituições tiveram as portas fechadas, outras sobreviveram com novos diretores, mas por falta de preparo ou interesse não perduraram muito tempo. O legado da educadora ainda permanece vivo e desconhecido.

Deste modo, compreendemos a vastidão e importância da obra de Anália Franco, principalmente em relação à quantidade de material de ordem documental a ser desvelado,

⁸ Conheceu Francisco Antônio Bastos quando já presidia a Associação, em 1902, e com ele viveu maritalmente até 1906, ocasião em que oficializou o casamento (OLIVEIRA, 2007, p. 45).

pela sua atuação e prestígio em vários periódicos que publicavam matérias sobre os diversos acontecimentos de sua vida, ressaltamos que “com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos” (LE GOFF, 1990, p. 458).

Conforme veremos a seguir, o Álbum das meninas constitui um importante arcabouço da memória coletiva haja vista a reunião dos diversos autores que publicaram no impresso, servindo de base a outras pesquisas e conhecimento de outras temáticas, além de também revelar a coletividade educacional feminina do final do século XIX e início do século XX. A imprensa exerceu um papel primordial nessa construção.

5 A EDUCAÇÃO FEMININA NA VOZ DE ANÁLIA FRANCO: TEXTOS DA EDUCADORA NO IMPRESSO *ÁLBUM DAS MENINAS*

Existe uma maneira de categorizar os corpos? O que as categorias nos dizem? As categorias nos dizem mais sobre a necessidade de categorizar os corpos do que sobre os próprios corpos (JUDITH BUTLER).

O corpo feminino no século XIX era controlado, as decisões eram tomadas pelos homens, impondo um modelo de mulher submissa e que não ousasse dividir os espaços sociais com os mesmos direitos. A educação nesse sentido era limitada, ofertada apenas para serem capazes de cumprir o papel de esposa e mãe, decidir os modos de se portar e todos os elementos que fazem parte da vida era a marca daquele século e do início do próximo, pois, embora a mulher pudesse ter uma certa mobilidade social, ainda havia limitações. Mas será que as mulheres aceitaram tais imposições? Podemos compreender que

[...] a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica [...] (BOURDIEU, 2002, p. 23).

Durante muito tempo essa concepção foi perpetuada pelas próprias mulheres, por não reconhecerem outra forma de viver, mas, isto não significa que compactuavam com o que era imposto, muitas mulheres pensavam à frente de seu tempo, e através da educação buscavam mobilizar outras mulheres, as revistas cumpriram um papel muito importante diante desse processo.

Nesse sentido, buscamos investigar a concepção de educação feminina de Anália Franco no impresso *Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras (1898-1901)*. Para a pesquisa foram analisados 25 exemplares digitalizados, embora a coleção completa seja 30, porém não tivemos acesso aos outros 5, pois não foram encontrados. Os exemplares encontrados foram o de número 1 ao 20, número 24, e do número 27 ao 30. Uma parte dos arquivos, dos anos 1898 a 1900, foram encontrados no site do Arquivo público do Estado de São Paulo (APESP), na seção Repositório Digital-bibliográficos e periódicos- jornais e revistas. E os exemplares do ano 1901, número 24 e 27 ao 30, disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas (FCC), seção Biblioteca- História da Educação e Infância- Temas e instituições- Associação Feminina Beneficente e Instrutiva- AFBI- Revista *Álbum das meninas*, entretanto, também consta na página os outros vinte.

Com os arquivos digitalizados em “mãos” buscou-se em investigar primeiramente aspectos da materialidade, em âmbito da quantidade de páginas e textos, gênero dos escritores, a presença dos textos de Anália em todos os exemplares, temas dos textos, qual temática predominava, indícios da sua distribuição e circulação e estética do periódico.

O quadro abaixo foi organizado de acordo com os anos de publicações, seus respectivos exemplares e a numeração das páginas.

Quadro 1 - Organização periódica dos exemplares do impresso e paginação

ANNO I - 1898	ANNO II - 1898	ANNO III - 1900	ANNO III - 1901
Nº1- 30 de abril p. 1-24	Nº10 - 30 de janeiro p. 221-244	Nº18 - 1 de agosto p. 1-16	Nº24 - 1 de abril p. 1-19
Nº2 - 31 de maio p. 25-48	Nº11 - 28 de fevereiro p. 245-268	Nº19 - 1 de setembro p. 1-16	Nº27 - 1 de julho p. 1-17
Nº3 - 30 de junho p. 49-72	Nº12 - 31 de março p. 269-292	Nº20 - 1 de outubro p. 1-16	Nº28 - 1 de agosto p. 1-17
Nº4 - 31 de julho p. 73-96	Nº13 - 30 de abril p. 293-316		Nº29 - 1 de setembro p. 1-17
Nº5 - 31 de agosto p. 97-120	Nº14 - 31 de maio p. 317-340		Nº30 - 1 de outubro p. 1-17
Nº6 - 30 de setembro p. 121-144	Nº15 - 30 de junho p. 341-364		
Nº7 - 31 de outubro p. 145-168	Nº16 - 31 de julho p. 365-388		
Nº8 - 30 de novembro p. 169-192	Nº17 - 31 de agosto p. 389-412		
Nº9 - 30 de dezembro p. 193-220			

Fonte: Criado pela autora conforme os exemplares

As revistas em seus dois primeiros anos mantinham um número de 24 páginas, com exceção do n. 9 que teve 29 páginas, como podemos ver a numeração até o Anno II seguia uma sequência, mas a partir do Ano III passaram a ter um número de 16 a 19 páginas e não apresentava mais a continuidade numérica anterior. Também houve alteração na data de publicação, até o ano de 1898 era publicada no último dia do mês, já a partir de 1900 a data passou a ser o primeiro dia do mês.

Conforme podemos ver no *quadro 1*, em agosto de 1898 houve uma pausa nas publicações, retornando em agosto de 1901. O motivo deste intervalo deve-se ao fato de Anália Franco estar escrevendo um romance, o qual só fica pronto no ano seguinte e é explicitado na própria edição de 31 de agosto, no texto *Um romance*,

Ha quasi dois mezes que se acha no prélo um romance em dois volumes intitulado *A FILHA DO ARTISTA*. A sua autora tendo ultimamente grandes accumulações de

trabalhos, resolveu suspender a publicação d'esta *Revista*, até concluir a impressão do referido romance, que em breve vae sahir a publicidade (FRANCO, n. 17, p. 398, 1899).

O romance *A filha do artista*, foi divulgado na edição n. 17, mas seu texto na íntegra não foi publicado na revista, mas sim “em edição própria pela tipografia *O Globo* em 31 de maio de 1899” (MONTEIRO, 1992, p. 241). Nele é tecida algumas breves considerações sobre a temática da escravidão e Anália Franco diz que havia recebido a tempos sugestões para dedicar-se à escrita do gênero romance.

A revista tinha uma aparência simples, depreendemos a escolha desta estética como uma perspectiva objetiva de foco diretamente no conteúdo, daquilo que pretendia-se disseminar na sociedade, um modelo educativo feminino. Em sua diagramação contemplava um texto por página e o que os separava era um arabesco de formatos diversos, mas não era uma ordem sempre, alguns textos eram separados apenas por traços ou três asteriscos dispostos, formando assim um triângulo, as vezes até no sentido contrário.

Havia também outros elementos simbólicos com a mesma função, um pássaro (pomba da paz ou águia), um barco, avião, em tamanho pequeno ou médio, e em sua maioria não tinha nenhuma relação com o teor escrito. Já em alguns casos continha pequenas ilustrações nos artigos para representar o que estava escrito. Alguns se repetiam nas edições, outros só apareceram uma única vez. Embora houvesse muitas semelhanças entre as edições, até unânimes muitas, mas não havia uma padronização editorial.

Os títulos dos textos vinham em letras maiúsculas, em alguns apenas as iniciais e não havia um padrão em relação ao tamanho e tipo da fonte, existiam aqueles que até vinham em negrito. Alguns títulos textuais vinham com arabescos intercalando-os, seguindo a ordem, texto e assinatura do autor alinhada à direita, em alguns o nome da cidade à esquerda. Muitos textos ao final vinham com o seguinte escrito: (continúa); indicando a continuidade do assunto na publicação seguinte, havia também textos traduzidos. A paginação encontrava-se na margem superior. De acordo com Chagas (2016) a revista permaneceu com as mesmas dimensões, 14 centímetros de largura por 21 centímetros de altura.

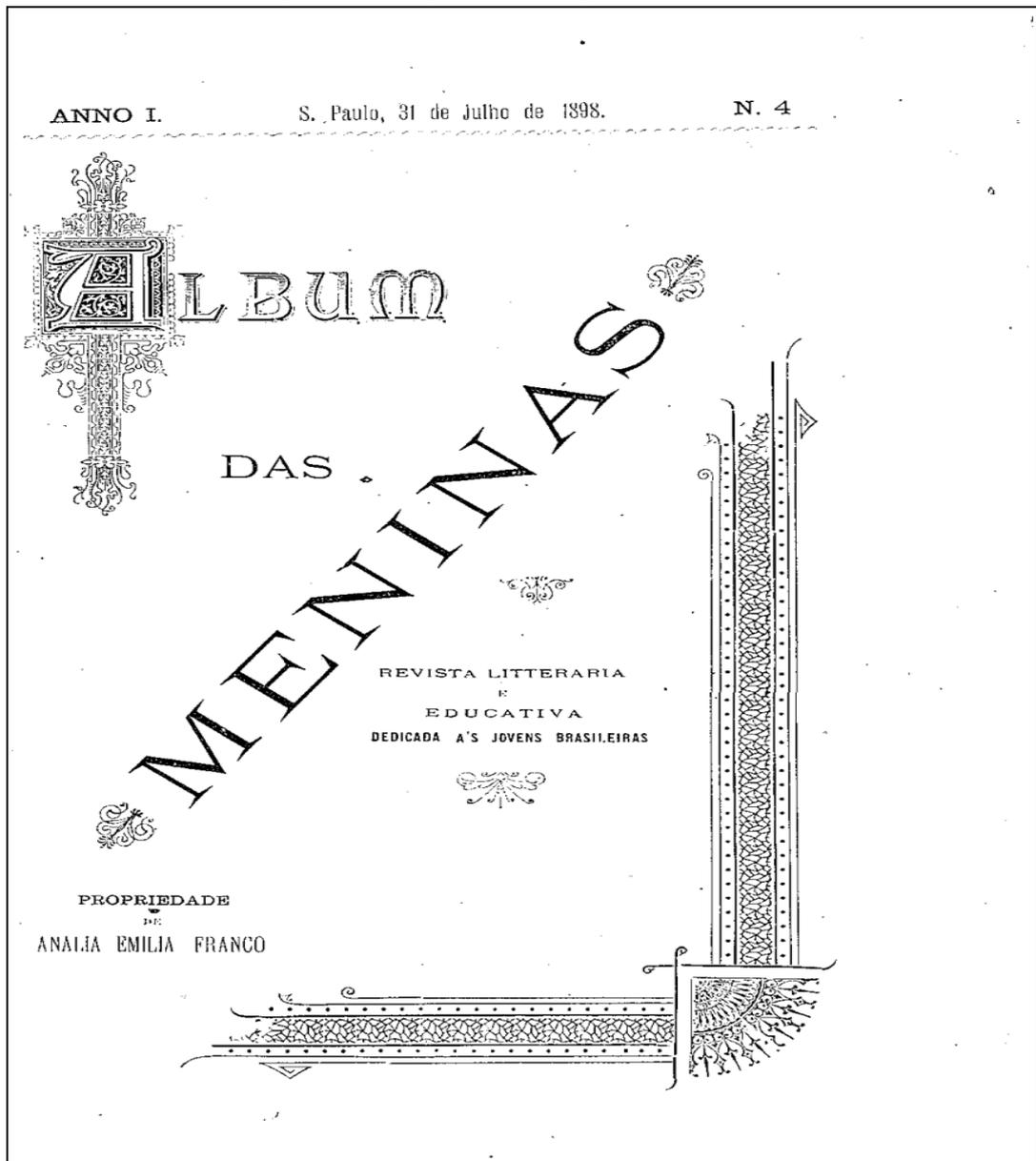
Existia também a seção Notas úteis ao final do exemplar, esta esteve presente nos exemplares de número 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 9. E trazia assuntos sobre a educação e instrução da mulher em outros países, trabalhos desenvolvidos em outras associações, aspectos voltados à mocidade e criação de escolas.

Nos exemplares do Anno III de 1901, houve uma mudança na capa e na própria diagramação textual, não havia mais a continuação das publicações na mesma página,

ganhava destaque arabescos maiores na página que iniciava um novo título. No exemplar de n. 24 foram publicados apenas dois textos e ambos foram assinados por Anália Franco.

No site da Fundação Carlos Chagas, há capas a partir do exemplar de n. 4 e permanece a mesma até o n. 10, do número 11 ao 13 não há capas. Aparece uma nova capa no n. 14, supõe-se que este novo modelo inaugura a metade do Anno II e permanece até o n. 17. De 18 ao 20 não há capas. No n. 24, e n. 27 ao n. 30 consta a mesma capa.

Figura 3 – Capa dos exemplares de n. 4 ao 10

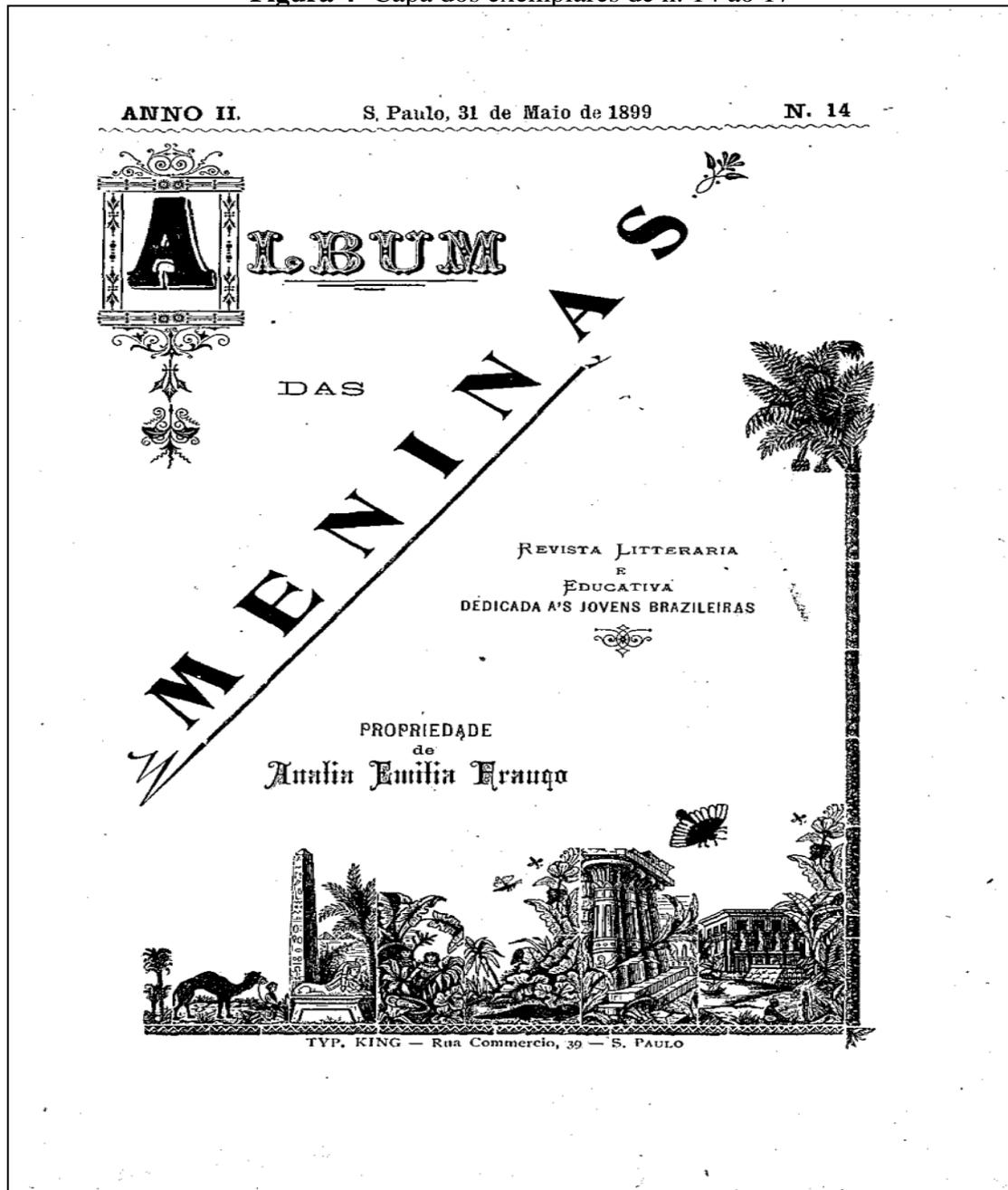


Fonte: Recorte criado pela autora a partir do exemplar n.4 do arquivo da Fundação Carlos Chagas

A capa inicia com o Anno, seguido do nome da cidade, dia, mês e ano de publicação e número do exemplar, uma capa simples, diferencia a letra “a” da palavra Álbum e traz o

destaque para a palavra meninas, ficando menos acentuada a informação que trata-se de uma revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras e informa a sua proprietária, trazendo estes elementos adornados pelos arabescos.

Figura 4- Capa dos exemplares de n. 14 ao 17

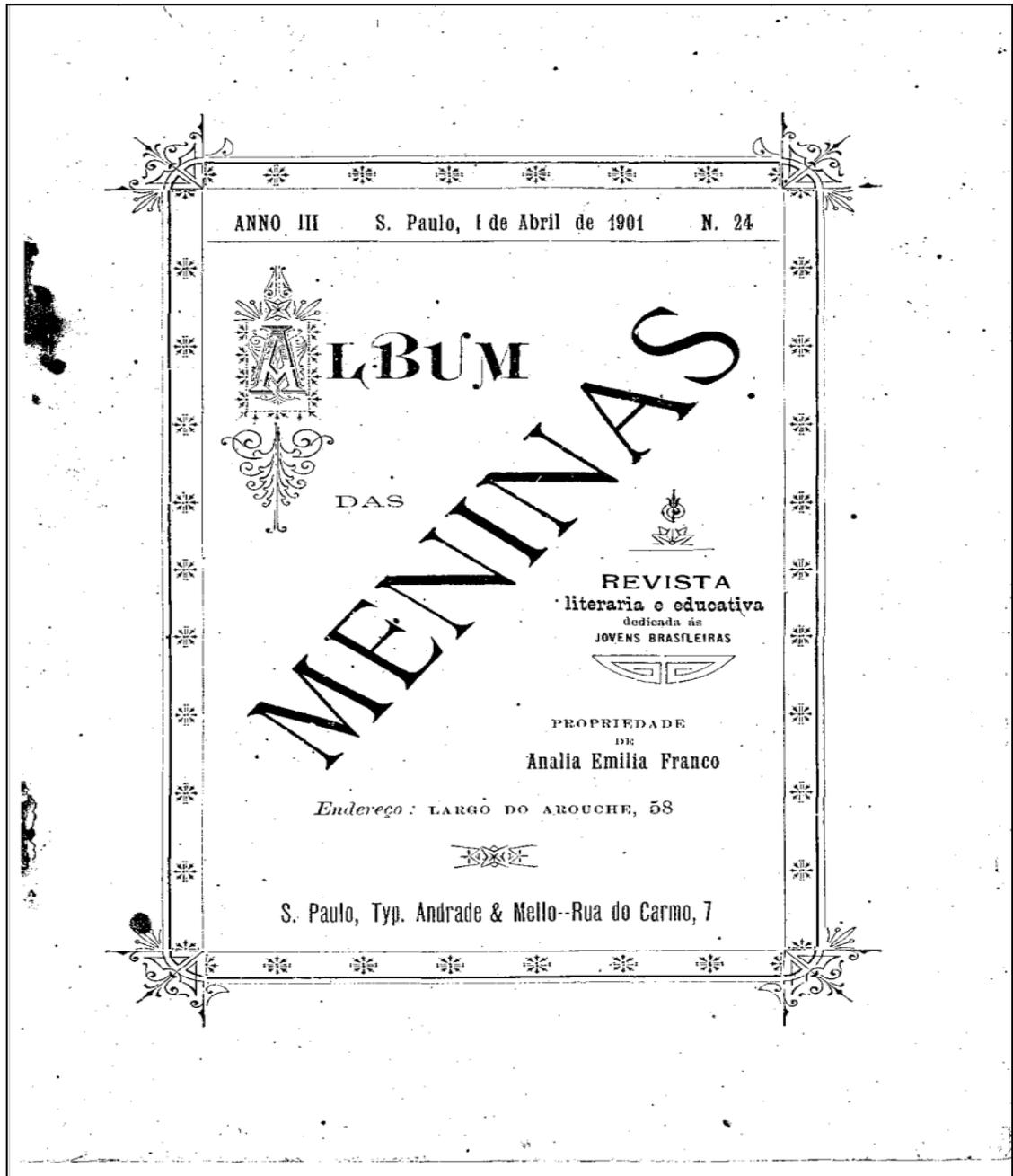


Fonte: Recorte criado pela autora a partir do exemplar n. 14 do arquivo da Fundação Carlos Chagas

De acordo com a *figura 4*, alguns aspectos já ressaltados na capa de n. 4 permanecem, ocorre algumas mudanças na fonte, há a troca do arabesco lateral direito dando lugar a uma paisagem com uma palmeira em destaque, outras menores, algumas construções suntuosas,

um camelo, remetendo a uma espécie de jardim, contando ainda com o acréscimo da informação da tipografia responsável pelo impresso.

Figura 5– Capa dos exemplares de n. 24 e 27 ao 30



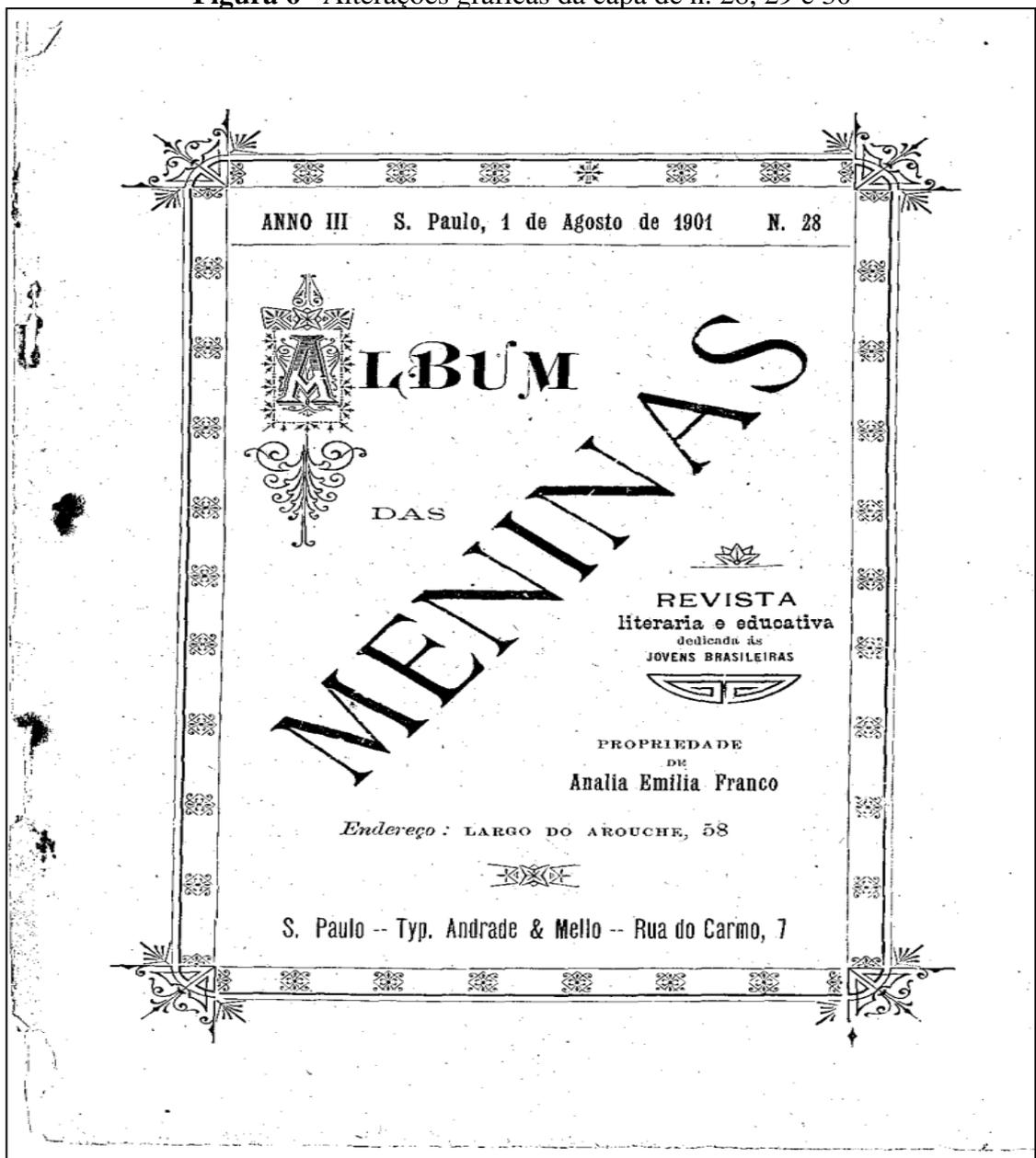
Fonte: Recorte criado pela autora a partir do exemplar n. 24 e 27 ao 30 do arquivo da Fundação Carlos Chagas

Nesse terceiro modelo de capa, conforme *figura 5*, há uma significativa mudança na organização das informações, estas encontram-se envoltas pelo contorno de arabescos, diferentes daqueles já apresentados anteriormente, aqueles dispostos em cada ponta

simbolizam uma espécie de coroação, afinal este foi o último ano do qual se tem evidências dos impressos, nada impede que tenha continuado em circulação.

Os exemplares de n. 28, 29 e 30 tiveram alteração nos arabescos menores que contornavam os escritos. Na edição de n. 24 os arabescos contam com um número de 8 pontas, abaixo podemos ver que o modelo daqueles três exemplares passou de uma estrutura pontiaguda para quadrangular, presente na *figura 6*. O símbolo acima da palavra revista também sofreu alterações, o que implica dizer que tais ocorrências possam ter sido propositais ou de fato possa ter ocorrido o equívoco, haja vista as condições de impressão do período.

Figura 6– Alterações gráficas da capa de n. 28, 29 e 30



Fonte: Recorte criado pela autora a partir do exemplar n. 28, 29 e 30 do arquivo da Fundação Carlos Chagas

Do n. 1 ao 10 há ausência tipográfica. Os números 14, 15, 16 e 17 há presença da tipografia King. Os exemplares n. 18 e 19 não apresentam indícios tipográficos. No n. 20 ao final da última página consta a indicação da tipografia Espírita. Os exemplares de n. 24 e 27 ao 30 constam a tipografia Andrade & Mello, porém, “nenhuma delas diz ter publicado o *Álbum das Meninas*” (CHAGAS, 2016, p. 50). A tipografia Andrade & Mello é a única que corresponde aos anos do ciclo da revista, as demais são de anos anteriores. Anália Franco era uma educadora de prestígio, o que permitiu a circulação de seu impresso, embora muitas vezes odiada por alguns setores sociais, diante desse desencontro tipográfico, teria ela falsificado essa informação para garantir um certo reconhecimento?

No cabeçalho da revista, localizado na primeira página, além dos dados indicativos de qual exemplar tratava-se, continha as informações sobre o preço semestral de Rs. 5\$000 e avulso Rs.1\$000. A partir do n. 18 informava que seria grátis à todas as escolas públicas de São Paulo. Os exemplares do ano de 1901, não tinham cabeçalho e passaram a conter na última página a seguinte informação, “esta Revista, que se publica uma vez em cada mês, será distribuída gratuitamente a todas as escolas públicas do sexo feminino deste Estado” (FRANCO, n. 24, 27, 28, 29, 30, 1901).

Várias pessoas contribuíram com a revista, das mais diversas profissões, professores, poetas, escritores, entre outros, através de contos, romances, poemas, textos que versavam sobre caridade, religião, moral e educação feminina, até mesmo autores estrangeiros participaram da empreitada, de um modo geral o público autor feminino era a maioria. Os textos que compõem os exemplares totalizam 223, destes 106 são de autoria de Anália Franco e se dividem em diversos gêneros e assuntos, contos, romances, moral, religião, mocidade, filantropia, aspectos da associação, porém escolhemos para analisar apenas aqueles de caráter educativo que versam sobre a educação feminina. Foram escolhidos os seguintes textos:

Quadro 2 – Textos educativos de Anália Franco destinados às mulheres

Título	Exemplar
As mães e educadores	Ano I 1898 (nº 1 – 30 de abril)
A mãe virtuosa	Ano I 1898 (nº 1 – 30 de abril)
Educação maternal	Ano I 1898 (nº 2 – 31 de maio)
Os filhos	Ano I 1898 (nº 6 – 30 de setembro)
Notas sobre educação	Ano I 1898 (nº 7 – 31 de outubro)
O ensino complementar e profissional da mulher	Ano I 1898 (nº 8 – 30 de novembro)
O ensino complementar e profissional da mulher (conclusão)	Ano I 1898 (nº 9 – 30 de dezembro)
Notas sobre a educação feminina I	Ano II 1899 (nº 11 – 28 de fevereiro)
As filhas do mal	Ano II 1899 (nº 11 – 28 de fevereiro)
O lar feliz	Ano II 1899 (nº 11 – 28 de fevereiro)
Notas sobre a educação feminina II	Ano II 1899 (nº 12 – 31 de março)

A mulher e a sua educação	Ano II 1899 (nº 13 – 30 de abril)
A's mães	Ano II 1899 (nº 13 – 30 de abril)
Educação Feminina	Ano II 1899 (nº 15 – 30 de junho)
A's mães e professoras	Ano II 1899 (nº 17 – 31 de agosto)
A's mães e professoras II	Ano III 1900 (nº 18 – 1 de agosto)
Educação Feminina II	Ano III 1901 (nº 28 – 1 de agosto de 1901)

Fonte: Criado pela autora

No texto *As mães e educadores*, o inaugural da Revista, Anália Franco inicia chamando atenção para a perda de culto que foi ocasionando-se ao longo do tempo em relação aos aspectos religiosos e da fé em Cristo, chamando a atenção para os perigos do materialismo que assolam a sociedade moderna de sua época, convida a todos para ajudá-la na missão de uma boa educação,

Nesse intuito ousei erguer a minha voz desautorizada o humilde, a vós ó mães e educadores da mocidade, para que formemos uma santa cruzada contra a descrença, o indiferentismo e o materialismo que como na Grécia antiga, nos prepara um abysmo para o futuro (FRANCO, n. 1, p. 1, 1898).

É um convite para todos que se importassem com a educação, fizessem esforços para pôr em ação os princípios da Associação e, assim, pudessem contribuir com o projeto da educação moral e religiosa, com o objetivo de desenvolver a virtude, “a ordem, o trabalho, a noção exata do dever, o verdadeiro amor da pátria, a compreensão da vida humana com um destino elevado e sério e sobre tudo fazer-lhe conceber o bem absoluto, a eterna justiça” (FRANCO, n. 1, p. 2, 1898). Princípios estes bastante desenvolvidos nos artigos da revista.

Porém, diante desta visão seria necessário, que os alunos ao voltarem da escola, encontrassem em casa os subsídios necessários para continuarem os estudos, um complemento, com bons livros e por isso a missão das mães de serem bem-educadas para poderem auxiliar seus filhos. Anália Franco garantia ainda o projeto da revista enquanto aspecto de boa literatura, haja vista que as publicações da época não contribuía para as pessoas saírem das trevas do conhecimento, pelo contrário, ajudava na permanência da ausência de boas leituras edificantes, fazendo com que a base da família ficasse ameaçada.

Em *A mãe virtuosa* é exemplificado os benefícios que uma mulher preparada é capaz de exercer sobre os seus filhos e os princípios que deve ter para ser uma boa mãe, desta forma destaca, “a piedade, a pureza de costumes; o amor ao trabalho e o respeito às leis sagradas e civis” (FRANCO, n. 1, p. 15, 1898). A honra deveria estar acima de tudo, existindo espaço para a caridade, havendo ainda que cultivar o sentimento de amor pela pátria, excluindo, assim, todos os tipos de vícios e por isso, “as “mulheres deveriam ser mais educadas do que

instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução” (LOURO, 2004, p. 373). Seria o suficiente para encaminhar as filhas e terem discernimento de diferenciar a educação dos meninos.

Uma mãe que fosse capaz de promover uma boa educação seria lembrada mesmo não estando mais presente na vida do filho, logo, seria uma segurança de herança frutífera para a sociedade, “a mão destruidora do tempo será impotente, contra a mãe que conseguiu formar o carácter dos filhos em affectuosos sentimentos e elevadas idéas, que espalhou no seu lar o conforto e a doçura” (FRANCO, n. 1, p. 16, 1898). A memória de uma mãe responsável por tal feito seria sempre lembrada conforme ressalta o texto.

A *Educação maternal* caminha com a mesma perspectiva de fazer brotar os espíritos iluminados nos filhos e filhas, trazendo exemplos de pensamentos de mulheres europeias que destinaram-se a escrever sobre educação feminina, justificando ainda que o papel de ser mãe foi uma missão dada por Deus.

Nesse texto é resgatada a ideia de que as mulheres, independentemente de sua classe social deveriam receber educação, aprender os cuidados domésticos e destinar-se a uma profissão, pois caso precisassem exercer no futuro não ficariam à mercê, destaca-se ainda que a mulher de classe média tinha mais tempo de cultivar o espírito, pois, estaria cuidando do lar, logo,

Ensina-se como principies sólidos de virtude a assistir machinalmente os officios religiosos, a inclinar-se levemente ante as pessoas conhecidas, e em seguida a se fazer obedecer pelos famulos, sob pretexto de bem governar a sua casa, constringendo-se sempre na sociedade, afim de affectar uma senhora de grande tom [...] No collegio aprende apenas algumas linguas estrangeiras quasi sempre ignorando a sua propria, alguns trechos ruidosos no piano, algumas noções de desenho, e todos os trabalhos de agulha mais em voga, ficando com isto os paes, plenamente satisfeitos, como se a mulher não tivesse outro destino no mundo senão brilhar e reinar, sem lembrarem-se das tristes vicissitudes de que é tão cheia a vida humana (FRANCO, n. 2, p. 40, 1898).

É importante compreender que estes processos educativos não aconteciam de modo único, mesmo que os protagonistas pertencessem às camadas mais altas da sociedade, pois cada indivíduo possui as suas singularidades, pensar através do aspecto de uniformidade traz uma visão bastante reducionista dos sujeitos em destaque, neste caso as mulheres. Pois, de acordo com Louro (2004), havia ainda o peso do fator religioso que conferia um outro papel de análise às posturas femininas.

Afirma-se que a educação era a mesma destinada tanto à mulher rica quanto à pobre, porém, havia diferenças em relação aos aspectos culturais, mais cultivados na instrução da mulher rica, assim como também a vaidade, que as tornava superiores as demais, colocando-as numa posição de destaque. Contudo, seria necessário a oportunidade das mulheres receberem o mesmo tipo de educação que era ofertada aos homens, com o objetivo de “poder compreender e escutar-os com praser, e ainda mais para saber soffrer as adversidades e ajudar os seus a suportal-as” (FRANCO, n. 2, p. 41, 1898). Por outro lado, a mulher não poderia ser sábia, pois o conhecimento fazia com que a mulher se afastasse de sua natureza, deveria haver o limite e bom senso e justamente por isso era preciso aprender alguma coisa para que não caísse nas armadilhas.

O amor maternal pulsava no coração das mulheres, essa afirmação é ideia central no texto *Os filhos*, aquele sentimento seria capaz de sacrificar as próprias vontades para contribuir com o bem estar da prole, porém, Franco (1898), chama atenção para o excesso de consequências que esse amor materno poderia ocasionar, a mulher sendo excessiva em tudo deveria ficar vigilante para não estragar os filhos, “os infinitos thezouros de affectos que encerra o seu coração, não devem cegal-a á ponto de deixar seus filhos na ignorância, entregues aos seus maus instinctos” (FRANCO, n. 6, p. 131, 1898). A mulher sendo responsável pela força de educar seus filhos teria também maestria para conduzir os rumos da sociedade, ou seja, usar a educação e entregar à sociedade esse presente, os filhos.

No texto *Notas sobre educação* é retratado o lugar que já é reservado à mulher nas nações europeias, embora ainda houvesse que melhorar muitos aspectos relacionados a educação,

Todavia o que é mais triste e desconsolador para nós, é que a maior parte das pessoas do nosso sexo, longe de contestarem a postergação dos seus direitos por meio da persuasão, acceitam passivamente n'uma especie de entorpecimento de anestesiadas,. essa tutela historicamente indispensavel a que estão sujeitas, de modo a tornar-se a sua liberdade apenas uma formula e não um facto (FRANCO, n. 7, p. 146, 1898).

É fato que muitas mulheres não tinham o espírito reivindicatório, por estarem a muito tempo vivendo sobre as mesmas condições, para muitas mulheres interessava apenas o luxo que lhes era ofertado, tanto pessoais, quanto objetos de requinte decorativos de seu lar, Franco (1898), reforça mais uma vez que referia-se às mulheres abastadas. E as lacunas intelectuais destas afetavam diretamente a vida dos homens, muito mais do que era visível. Apesar de

haver uma organização social em vigência, esta não era capaz de cultivar a moral, na concepção da autora, apenas a família era responsável por construí-la,

E' preciso, pois, começar pela educação da mulher, proporcionando-lhe uma cultura moral e intellectual mais elevada e mais completa, afim de que ella possa occupar-se com especial cuidado da educação da infância, ensinando a seus filhos os primeiros rudimentos de todos os conhecimentos humanos (FRANCO, n. 7, p. 148, 1898).

A mãe deve dar prosseguimento aos ensinamentos dos professores, e mais ainda que ocupada com a educação da infância, deve buscar o desenvolvimento em torno do trabalho da educação física, moral e intelectual de seus filhos, “isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual” (RAGO, 2004, p. 485). O papel de ocupação social da mulher era imposto, tanto no âmbito do casamento quanto do trabalho professoral remunerado.

Vemos em *O ensino complementar e profissional da mulher* a discussão sobre o trabalho destinado às mulheres, as quais elas próprias sentiam-se preparadas para as atividades laborais, porém, é reconhecido que nas sociedades modernas os anseios pelas novidades e oportunidades que são postas no bojo social despertam e aguçam o desejo a todos de usufruir desses aspectos, ter um trabalho era um desejo feminino, mas “o gênero é uma categoria relacional que permite estabelecer construções contrastantes tendo em vista a cultura e a inserção nela” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 69). Desta forma, a vontade laboriosa era um sonho distante de ser almejado.

Até discutia-se que apenas o suor do homem não era capaz de manter seu lar diante das ofertas das vitrines e abria-se um espaço para a mulher, “d’ahi provém a necessidade da existencia do trabalho para a mulher, a quem é indispensavel arrancar-se a todo o custo dessa educação mystica tão nociva à sua saúde, mesmo pela reciprocidade dos deveres que ella tem a preencher no aspero conflicto da vida” (FRANCO, n. 8, p. 169, 1898). Entretanto, afirmava-se que a mulher não estaria preparada para assumir a missão do lar e social, que muitos pais por não verem ou acreditarem que a educação pudesse trazer algum retorno, afastavam as filhas da instrução, sabendo que, “ella que não tem como o homem a intelligencia desenvolvida, o senso moral formado e o coração constituído” (FRANCO, n. 8, p. 171, 1898). Cabia ao estado e a associação a educação, e a liberdade ligada a instrução profissional.

No número seguinte da revista, n. 9, há também um outro texto semelhante a este, *O ensino complementar e profissional da mulher (conclusão)*, pois, já havia na província escolas

elementares, porém nenhuma voltada ao ensino profissional, era cobrado o dever às mães e sócias da associação, que seriam punidas caso não zelassem pela permanência de suas filhas na instrução, resgatando o exemplo de outras associações. Muitas referências possuíam Anália Franco em torno de sua obra, desejosa de implantar o mesmo no Brasil, pois, “sem atingirmos a plenitude da existência, seremos o que os outros, quizerem, boas ou más segundo as circunstancias” (FRANCO, n. 9, p. 197, 1898). Discutia-se nesse sentido também, a prosperidade que o estado teria com a mulher possuindo uma ocupação profissional.

Encontramos em *Notas sobre a educação feminina I*, a indignação da autora em relação à falta de instrução para as mulheres que ainda permaneciam presas nas bases da tradição, nesta que via nos livros armas de perigo e por este motivo as mulheres não deveriam ter acesso, permanecendo, assim, na mais plena ignorância, Franco (1899), contestava o absurdo que encontrara-se naquela sociedade do progresso em que aboliu-se a escravidão, mas perpetuou-se aquela da mulher, revelando, assim, uma grande contradição social, “aquelles que interdizem o estudo a mulher, e negam-lhe a faculdade de conhecer os seus direitos e os seus deveres, fazem nos lembrar Mahomet, que para tornal-a mais voluptuosa julgou conveniente negar-lhe a alma” (FRANCO, n. 11, p. 246, 1899). Ainda diante desta concepção destacava-se que as mulheres passavam a vida a aprender coisas efêmeras, principalmente relacionadas a vaidade.

Conforme vemos em *As filhas do mal*, a questão da vaidade permanece como tema central, Anália Franco teceu duras críticas aos luxos que cercavam a vida das mulheres abastadas,

Quando essas peccadoras elegantes passam formosas, radiantes pizando o asphalto com os hombros nús eonstellados de perolas e diamantes, ou surgem do rico es tofo de velludo e setim das carroagens, ostentando um luxo deslumbrante, desdenhosas e indifferentes, sempre que as vejo sinto que se me apodera d’alma um mixto de inexprimivel tristeza, e de profunda commiseração ante esses destinos de mulher tão desgraçados. E ellas parecem alegres, risonhas, dir-se hia que o coração enregelado pelos doridos attrictos do mundo, adormecera para sempre no egoismo feliz que o absorve (FRANCO, n. 11, p. 248, 1899).

Para Franco (1899), aquela alegria estampada nos rostos escondia as amarguras e feridas do coração e da alma, eram apenas uma máscara que escondia o sofrimento daquelas “escravas”. As mães diante desta afirmação, tinham uma grande parcela de culpa por incentivarem as filhas a quererem cada vez mais viverem imersas no luxo e na vaidade, mas mal sabiam elas sobre o abismo que estavam a empurrar as filhas.

No texto *O lar feliz*, discute a atuação da mulher no lar, seja boa ou ruim, mas este seria seu papel, aquela que sempre prezasse pela paz faria do seu lar um grande trabalho, pois reconhecia a sua importância para a família, a mulher tinha a imaginação e a sensibilidade mais aflorada, era delicada por natureza, ideais para os princípios da vida doméstica,

A mulher que soube transformar o seu lar num santuário de abnegações silenciosas, e que aprendeu a sacrificar-se resignada; subjungando as paixões e as dores que tantas vezes lhe fazem deluir o coração em lágrimas, essa quer viva ainda na plena irradiação da mocidade, quer no inverno da vida, rodeada de numerosa prole, ha de sentir sempre o entusiasmo, a benevolência e a alegria imprimirem-lhe na fronte uma serenidade olympica inalterável, espécie de reverberação íntima, que é o pacífico triunfo do espirito sobre a matéria (FRANCO, n. 11, p. 258, 1899).

Como podemos ver nesse trecho, deveria a mulher engolir as suas angústias, negar a sua própria existência para manter vivo o alicerce da casa. O sofrimento foi o fiel companheiro daquelas mulheres e ainda assim deveriam mostrar-se doces, meigas, com características sutis que foram imprimidas às mulheres, com o objetivo de promover, assim, o conforto familiar.

Em *Notas sobre a educação feminina II*, dialoga-se sobre o receio universal que se tinha de dar às mulheres uma educação ampla, que englobasse aspectos artísticos, uma liberdade. E o que havia de mais espantoso era a sociedade saber que a família só teria a ganhar com essa mulher instruída, mas, ainda assim não preocupava-se em instituir a mulher no campo educacional, permanecia ela “rica de insuficiências” (FRANCO, n. 12, p. 271, 1899). Era algo lamentável para uma sociedade que almejava o progresso vorazmente.

Vemos em *A mulher e a sua educação*, que a educação ofertada as mulheres ainda não era suficiente. A emancipação feminina já discutida no século XIX não passava de uma leve maquiagem, outro ponto a ser destacado era a dificuldade que a sociedade tinha de investir em ideias que traziam progresso a um grande número social, era como se houvesse uma aversão ao fato de muitas mulheres possuírem um intelecto preparado,

Assim mal armadas contra as nossas próprias paixões, mal preparadas para sentil-as e dominal as, quando soa-nos a hora do aspero combate quotidiano, e da reciprocidade dos deveres que temos a preencher na sociedade, não raras vezes comprometemos e sacrificamos a familia base essencial da ordem. (FRANCO, n. 13, p. 301, 1899).

Na falta de preparo para conduzir a vida e a “missão” muitas mulheres colocavam suas famílias em “risco”, porém, a mulher tinha uma habilidade para aprender coisas novas, bastava haver a oportunidade e, assim, alçaria os voos mais longínquos. Entretanto, a mulher

contribuía à distância, ela ofertava os conselhos e métodos de resolução dos problemas sociais mais os homens que colocariam tudo em prática; mas se até mesmo a educação dos homens era deficiente, no caso das mulheres não poderia esperar que fosse satisfatória.

Vimos em *A's mães* a sua missão de ser a primeira pessoa que educa o filho, tarefa esta que prolonga-se até o fim de suas vidas, mas nota-se que a educação que as forma não é capaz de fazer a instrução dos filhos, a superficialidade parecia reinar sobre o que era ofertado às mulheres e de certa forma as mulheres eram culpadas quando as coisas na sociedade não saíam conforme o esperado, “d'ahi provêm sem duvida, muitos dos males que affligem a sociedade, que affrouxam os laços da família que enfraquecem a sua energia primitiva, sujeitando a vida a fórmulas caprichosas, e as vezes degradantes” (FRANCO, n. 13, p. 305, 1899). A ignorância faria com que as mulheres deixassem de ser úteis para as suas famílias e para a sociedade.

No texto *Educação feminina*, mais uma vez busca-se respaldo nos pressupostos de autores eruditos para tratar da temática da educação feminina, a qual deveria estar permeada de aspectos agradáveis, mas, Franco (1899), ressalta que esta ideia estava caindo um pouco em desuso, embora ainda dividisse opiniões, “a maior parte dos paes têm receio de dar ás suas filhas uma instrução mais ampla, julgando que o esmerado desenvolvimento das faculdades seja um incentivo para desviar-as do dever” (FRANCO, n. 15, p. 342, 1899). A educação a serviço da submissão era palco do século XIX. A mulher educada tinha prestígio, mas sem a moral não tinha respeito.

Em *A's mães e professoras*, retratava-se o papel educativo desempenhado pelas mães na educação de seus filhos, muitas vezes transbordava como um fardo, mas não deveria deixar que este tomasse conta de sua matéria, pois o futuro dependia dessa ação materna, sendo preciso apresentar desde cedo os preceitos religiosos aos filhos, muitas eram as famílias que encontravam-se nos abismos pela falta de culto a Deus.

Para a sociedade da época, as mulheres que não educavam os filhos nos preceitos estabelecidos não eram consideradas mães, a religião deveria estar acima de tudo. No texto *A's mães e professoras II*, é resgatada a premissa que a educação vinha de berço, a mãe é quem primeiro desenvolvia esse sentimento nos filhos e continuaria conduzindo junto com os conteúdos que são ensinados pelas professoras. Não faltava exemplos na história de filhos que tiveram sucesso e apreço social e essa consequência deve-se ao papel eficaz desenvolvido por suas mães, atrelados a boa educação secundária realizada pelos professores.

Percebemos em *Educação feminina II*, mais uma vez o reforço do papel feminino, instruir-se para educar os filhos e cuidar do lar, fazer deste o espaço mais próspero possível, a

proprietária da revista convidava mais uma vez a sociedade, as mães, para permanecerem assíduas na missão educativa, “no papel natural” destinado às mulheres, “um facto incontestável é que no meio de tanto progresso material, e mesmo intellectual, o senso moral se rebaixa; a razão é que se esqueceram da educação da alma” (FRANCO, n. 28, p. 3, 1901). Nada adiantaria se não houvesse o despertar das virtudes, a reforma social era incumbência da mulher, servindo de apoio ao seu esposo quando necessário e diante das adversidades sempre ser um conforto.

A figura das mulheres, fossem mães ou educadoras assumiu um pouco do ideário de agente espiritual, imbuídas de uma simbologia materna, singela e recatada, essa condição foi imposta socialmente e reproduzida por elas próprias,

Compreender que todos os discursos foram e são igualmente representações; representações que não apenas espelharam essas mulheres, mas que efetivamente as produziram. Em outras palavras, as representações de professora tiveram um papel ativo na construção da professora, elas fabricaram professoras, elas deram significado e sentido ao que era e ao que é ser professora. Ao se observar tais representações não se está apenas observando indícios de uma posição feminina, mas se está examinando diretamente um processo social através do qual uma dada posição era (e é) produzida (LOURO, 2004, p. 388).

Esses arranjos servem para compreendermos de que modo os papéis das mulheres e principalmente a educação feminina foram pensados ao longo do século XIX e início do século XX. Nesse primeiro momento do movimento feminista as discussões giravam em torno da barreira masculina criada que não permitia as mulheres ingressarem no mundo do trabalho.

O trabalho era incompatível com o casamento, para uma sociedade amparada nas bases da família, a condição laboral era uma ameaça. A renúncia ao trabalho e às vontades próprias, de certa forma produzem a perda da identidade, e nos proporcionam uma profusão de sentidos diante das contradições sociais, pois sempre haverá divergência em relação ao papel que é imposto socialmente e aquele que realmente é vivido.

O papel das mulheres na imprensa não deve ser visto de forma engessada, pois se numa sociedade que não aceitava a mulher no trabalho, elas ainda que publicando e compactuando do ideário imposto desejavam atuar nesse cenário, mostra um ato de grande transgressão dos padrões sociais vigentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrarmos no campo de pesquisa fazemos um trabalho semelhante ao de um mergulhador que imerge para as profundezas do oceano, pode faltar oxigênio, alguns lugares não poderão ser adentrados. Surgem limitações e quando retornamos queremos trazer à superfície todo material que foi coletado, mas também desejamos que muitos deles estejam completos, mas esquecemos que as fontes historiográficas possuem lacunas e mesmo aquelas que encontram-se intactas em sua materialidade também apresentam limitações, pois foram produzidas por pessoas, que em sua dimensão humana são falhas e contraditórias.

É preciso fazer uma escolha atenta para não desviar o foco do objetivo e do objeto de estudo, caindo na armadilha da totalidade, nesse mesmo instante surge um misto de sentimentos por não poder contemplar “tudo”. É também um momento de saudade, afinal foram nove meses entre a construção do projeto e a realização da pesquisa, em contato com alguém que até então era uma desconhecida, mas mostrou-se complexa, instigante e com um legado vasto.

É necessário retomarmos o ponto de partida para verificar os anseios que nos moveram à investigação, iniciamos com alguns conhecimentos previstos, alguns sofreram uma ressignificação e outros foram descortinados, pudemos perceber a efervescência do contexto explorado nas páginas analisadas. A história da educação e o gênero fragmentados nesta análise compuseram um importante arcabouço para compreender esta relação.

O tão almejado progresso urbano do período oitocentista intensificou problemas já existentes e ocasionou uma série de outros novos, que seguiram-se com a chegada da República, a falta de planejamento com o fim da abolição e o crescimento econômico empurrou a população desfavorecida para debaixo do tapete, a educação seguiu sendo uma arma elitista e patriarcal.

A imprensa cumpriu um papel de excelência na divulgação da “limpeza social” e do modelo educacional feminino, principalmente na inserção das mulheres na escrita. A figura da educadora Anália Franco e sua trajetória constitui uma importante parcela da trama social, ressaltamos que ao investigar o seu legado não o fazemos à guisa de conclusão, uma vez que seria impossível e sujeitos são passíveis de mudanças e controvérsias, mas os meandros ressaltados instigam a uma série de possibilidades de novas pesquisas e reinterpretações.

Compreender a memória de uma sociedade através da imprensa, dando voz a um periódico dirigido por uma mulher, cedendo espaço às suas revelações, buscando entender as linhas que costuravam o tecido social em suas singularidades é bastante importante. Também

não podemos esquecer do lugar de fala da proprietária da revista, uma mulher de condição privilegiada e de prestígio social, isto também contribuiu para que um grupo de intelectuais colaborassem com a obra da educadora e a tornar-se possível de realização, essas redes eram bastantes comuns para a época. Recuperar o conceito de educação feminina e interpretá-lo, analisando a instauração de poder faz-se necessário, pois grupos sociais tentaram conferir uma dada realidade a determinados sujeitos.

O *Álbum das Meninas* apresentou-se enquanto um manual de conselhos, trazendo literatura e temas que pudessem despertar a formação das jovens, de acordo com o modelo vigente e no qual acreditava sua proprietária. A partir das análises educativas de Anália Franco buscamos a desconstrução dos padrões patriarcais, pois são papéis impostos socialmente.

A concepção de educação feminina de Anália Franco pautava-se nos pressupostos morais, da filantropia, uma mulher educada e instruída para atuar no espaço privado, e quando profissionalmente deveriam estar envolvidas no magistério, a educadora não era defensora de um feminismo radical, porém, seu trabalho enquanto mulher já fala por si só, mas em vários momentos demonstra nas entrelinhas algumas contradições sobre o papel da mulher instruída. Também não podemos esquecer que para manter-se atuante na imprensa e alheia às críticas era necessário pregar o que agradava aos ouvidos conservadores. Embora muitas vezes tenha sido atacada e não podemos captar o quanto isto representou para a mesma.

Conforme o título do presente trabalho, reiteramos que mulheres podem/podiam escrever, mesmo que diante de condições limitadas, já que a própria Anália publicava em periódicos e tinha sua própria revista e outros impressos da AFBISP. Esses arranjos engendram um panorama do feminismo da época, um movimento que imprimia um peso social às mães, a responsabilidade de educar suas filhas/os.

Do estudo de música no colégio à criação de uma Associação, levando pelas cidades a sua ação socioeducacional através de uma banda e grupo musical, entre tantas instituições criadas que atendiam crianças e órfãos, o que não era comum até então, e publicações realizadas, compreendemos o resultado da educação enquanto um cruzamento de fronteiras, seria esse o tipo de desenvolvimento feminino que desagradava ao patriarcado, mas suas sementes de luta germinam até hoje.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Século XIX: a educação nacional. In: **História da educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2012.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 03 ago. 2021.

BUTLER, Judith. **Violencia de Estado, guerra, resistencia**. Por una nueva política de la izquierda. Madrid: Katz Editores, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CHAGAS, Floriza Garcia. **Álbum Das Meninas, Revista Literária E Educativa Dedicada Às Jovens Brasileiras: Estudo De Um Impresso De Anália Franco (1898- 1901)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Garlhadó. 2. ed. São Paulo: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHRISTO, Eliane de; LODI, Samantha. **Anália Franco, a educadora e seu tempo**. Bragança Paulista /SP: Comenius, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Editora da Fundação Unesp, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana- 1890-1915.** São Paulo: Arquivo público do Estado de São Paulo, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-201.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org). **História da Imprensa no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Rosangela Molento. **“O que dizem de nós” o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa de 1875-1919.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário.** Introdução e notas de Peggy Sharpe- Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.

FOELKER, Rita. **Dona Anália, a amiga das crianças.** São Paulo: Comenius, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e Os Vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HORTA, Bernardo Carneiro. **Anália Franco, quem é ela?** Rio de Janeiro: e+a, 2012.

JACINTHO, Roque. **Anália Franco a benfeitora.** Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1973.

JACINTHO, Roque. **Anália Franco o anjo da caridade.** São Paulo: Luz no Lar, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940).** 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão, et. al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LODI-CORRÊA, Samantha. **Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919).** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-403.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-154.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDEIROS, Marcelo. **Anália Franco**: um candeeiro sobre o alqueire. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MONTEIRO, Eduardo. Carvalho. **A Grande dama da educação brasileira**. São Paulo: Eldorado Espírita de São Paulo, 1992.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Eliane de Christo. **Anália Franco e a associação feminina beneficente e instrutiva**: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 - 1920). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade São Francisco, Itatiba, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846. Acesso em: 22 de jun. 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 484-507.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, Rubens; TELES, Antônio. **O solar da colina**: uma incrível história de amor e superação de Anália Franco. São Paulo: Inovação, 2007.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos. 2004. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica- Rio, Rio de Janeiro, 2004.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do Livro, 1928. p. 62.

FONTES PRIMÁRIAS

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 1, p. 1-24. abr. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 2, p. 25-48. mai. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 3, p. 49-72. jun. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 4, p. 73-96. jul. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 5, p. 97-120. ago. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 6, p. 121-144. set. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 7, p. 145-168. out. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 8, p. 169-192. nov. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno I, n. 9, p. 193-220. dez. São Paulo, 1898.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 10, p. 221-244. jan. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 11, p. 245-268. fev. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 12, p. 269-292. mar. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 13, p. 293-316. abr. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 14, p. 317-340. mai. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 15, p. 341-364. jun. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 16, p. 365-388. jul. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno II, n. 17, p. 389-412. ago. São Paulo, 1899.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 18, p. 1-16. ago. São Paulo, 1900.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 19, p. 1-16. set. São Paulo, 1900.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 20, p. 1-16. out. São Paulo, 1900.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 24, p. 1-19. abr. São Paulo, 1901.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 27, p. 1-17. jul. São Paulo, 1901.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 28, p. 1-17. ago. São Paulo, 1901.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 29, p. 1-17. set. São Paulo, 1901.

FRANCO, Anália Emília. **Álbum das meninas**: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. Anno III, n. 30, p. 1-17. out. São Paulo, 1901.

JORNAL A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Seção Livre. Estadão. Anno III, n. 861, p. 2. dez. São Paulo, 1877.